

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 280
3 de Junho de 1979

Preço: 7\$50

EDIÇÃO ESPECIAL

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA



O IX Congresso do Partido Comunista Português que hoje termina no Barreiro e que reuniu 1749 delegados, 58 convidados estrangeiros e milhares de convidados nacionais constituiu uma grandiosa jornada que tornou bem claro

- a fraterna, vigorosa e inabalável coesão das fileiras do Partido
- uma profunda ligação às massas e um aprofundado conhecimento das realidades nacionais
- um patriotismo criador de raízes bem fundas nos interesses do Povo e do País
- o carácter de classe do PCP e a sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário
- os sólidos laços de amizade que unem o Partido dos trabalhadores portugueses aos partidos irmãos e a todos quantos no mundo se batem pela liberdade, pela paz e pelo socialismo
- a indestrutível combatividade, confiança e determinação dos comunistas portugueses na defesa das conquistas de Abril e na construção do Portugal democrático

Extractos do Relatório do CC

Em Novembro de 1976, na altura do VIII Congresso do nosso Partido, já a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista fora desenhada.

O nosso VIII Congresso concluiu que uma tal política não se adaptava à nova realidade criada pela revolução, ao Portugal que liquidara os grupos monopolistas e empreendera uma reforma agrária de carácter socialista e por isso não resolveria nenhum dos grandes problemas nacionais, antes os agravaria a todos.

O tempo decorrido confirmou estas conclusões do VIII Congresso. A recuperação capitalista impediu a recuperação económica e conduziu Portugal à beira do desastre.

Também então muitos afirmavam que não era possível ao povo português sustentar a ofensiva das forças reacionárias e defender com êxito as conquistas da revolução.

O nosso VIII Congresso concluiu que tal afirmação não tinha fundamento e que a classe operária, as massas populares, as forças democráticas, estavam em condições de defender as conquistas de Abril.

Também então muitos afirmavam que não era possível ao povo português sustentar a ofensiva das forças reacionárias e defender com êxito as conquistas da revolução.

O tempo decorrido confirmou também estas conclusões do VIII Congresso.

Apesar de atingidas por uma ofensiva constante, violenta, arbitrária e ilegal, as liberdades e as outras conquistas da revolução, no essencial, estão de pé como parte integrante do regime democrático português.

A reacção afirmava então que, com a política de recuperação capitalista, o movimento operário e popular se dividiria, perderia a força e a dinâmica dos primeiros dois anos de revolução.

O nosso VIII Congresso afirmou confiante que isso não sucederia e colocou como tarefa o reforço e o desenvolvimento do movimento operário e popular em todas as frentes.

O tempo decorrido confirmou as conclusões e previsões do VIII Congresso, pois, de então para cá, reforçou-se a unidade combativa do povo, multiplicaram-se e alargaram-se as lutas de massas, ganharam novas camadas e estratos da população, reforçaram-se consideravelmente as organizações unitárias e o movimento operário e popular confirmou-se, na realidade política portuguesa, como força determinante e sem paralelo na defesa do regime democrático e dos interesses do povo e do País.

A reacção afirmava que, tendo deixado de participar no governo, o PCP enfraqueceria rapidamente os seus efectivos e a sua influência.

O VIII Congresso afirmou que tal conclusão não tinha fundamento e colocou como tarefa o reforço geral do Partido, como força determinante do novo Portugal democrático.

O tempo decorrido confirmou também as conclusões e previsões do VIII Congresso e o nosso Partido

— que nas ásperas batalhas políticas deste período justificou plenamente o título do partido da verdade, da esperança e do futuro — está hoje ainda mais unido, mais intimamente ligado à classe trabalhadora e às massas, mais forte do que nunca.

Este nosso IX Congresso realiza-se num momento de grande incerteza e instabilidade. A reacção está no governo, conspira, planeia golpes de Estado. Reclama a revisão inconstitucional da Constituição e a liquidação do regime. Chegamos a um novo período crucial da democracia portuguesa.

É tarefa do nosso IX Congresso dar um balanço à actividade realizada, colher as experiências, fazer o ponto da situação e definir uma orientação que permita ao Partido, à classe operária, às massas populares, aos democratas e patriotas, fazer frente com êxito às forças reacionárias, defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, conseguir a formação de um governo democrático com uma política democrática e, assegurar a continuação do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Estaremos em condições de fazê-lo? A nossa resposta é uma só: sim, estamos.

Ultrapassámos outros momentos de dificuldades e perigos. Também ultrapassaremos o actual.

A reacção será derrotada e Portugal prosseguirá o caminho de Abril.

O governo PS começou a política sistemática de agravamento das condições de vida dos trabalhadores que tinham alcançado melhorias substanciais com a revolução. Desencadeou, com Barreto e Portas, a primeira brutal ofensiva contra a Reforma Agrária, com a vaga de reservas ilegais impostas pela violência da GNR. Lançou a desastrosa política de endividamento externo e a operação da integração no Mercado Comum (a «Europa connosco»), agravando os laços de dependência em relação ao imperialismo. E preparou e aprovou, em colaboração com o PPD e o CDS, a «contra-revolução legislativa» (lei da delimitação dos sectores público e privado, lei da contra-reforma agrária ou lei Barreto, lei do arrendamento rural ou lei dos senhorios ricos do PPD, lei das indemnizações e novo código de investimentos estrangeiros), cujos objectivos fundamentais foram dar cobertura às ofensivas inconstitucionais e ilegais que o governo PS tinha lançado contra as conquistas da revolução e criar os instrumentos jurídicos para abrir caminho à reconquista apressada pelo grande capital e pelos agrários das empresas nacionalizadas, das terras expropriadas do domínio da economia portuguesa.

Depois de repetidas e inúteis diligências junto do PS, foi correcto que o Comité Central do nosso Partido tenha em 31-7-1977 colocado na ordem do dia a substituição do governo PS e tenha finalmente, com os votos do seu grupo parlamentar, provocado a sua queda (8-12-1977).

A ofensiva reacionária contra as conquistas da revolução e contra o regime democrático desenvolve-se em cinco grandes direcções.

A primeira grande direcção é a recuperação pelas capitalistas e agrários dos meios de produção, das fábricas, dos transportes, das empresas, das terras.

A segunda grande direcção da ofensiva contra as conquistas da revolução e o regime democrático é a intensificação da exploração dos trabalhadores e o agravamento da situação das classes não monopolistas.

A terceira grande direcção da ofensiva contra as conquistas da revolução e o regime democrático é a utilização pelo governo dos mecanismos da política económica e financeira do Estado para o restabelecimento

e à reanimação do processo de acumulação, centralização e concentração capitalistas conducentes à restauração do capitalismo monopolista.

A quarta grande direcção da ofensiva contra as conquistas da revolução e o regime democrático é a limitação das liberdades e direitos dos cidadãos.

A quinta grande direcção da ofensiva contra as conquistas da revolução e o regime democrático é o agravamento da dependência em relação ao imperialismo, nos planos político, económico e militar.

Nos três últimos anos, a reacção desenvolveu ofensivas constantes contra os interesses e direitos dos trabalhadores e contra as grandes transformações democráticas alcançadas com a revolução, designadamente a Reforma Agrária e as nacionalizações.

Mas procurou sempre aparentar fazê-lo no quadro da Constituição e do regime, mesmo quando, em colaboração com o PS, fez aprovar a contra-revolução legislativa. Esta justificou-se a si própria pela necessidade de regulamentar os grandes princípios constitucionais.

Quando porém compreendeu que, no quadro constitucional e legal, o avanço contra-revolucionário esbarrava contra a resistência popular e contra a nova realidade económica, social e política criada pela revolução, a reacção passou (em fins de 1978-princípios de 1979) a um ataque global contra o regime democrático, caracterizado pelo afrontamento declarado ao regime e à legalidade e pelo declarado propósito de destruir o regime democrático.

Nas suas expressões imediatas (agravamento das condições de vida das classes populares, entrega de terras a agrários e de empresas a capitalistas, atentados contra os direitos e liberdades, concessões ao imperialismo) o ataque reacionário aparece apenas como prosseguimento e intensificação da recuperação capitalista, latifundista e imperialista iniciada sistematicamente pelo governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Mas, examinado em profundidade, revela uma mudança qualitativa. A reacção, ao mesmo tempo que procura forçar o ritmo da recuperação progressiva, procura a vitória frontal e total — a liquidação do regime democrático.

Este ataque global da reacção conta de momento com o governo Mota Pinto como instrumento de importância capital e só contando com o governo poderia ter adquirido as actuais proporções.

O prolongamento desta situação não só causa pesados sofrimentos ao povo português como representa uma alteração na prática do regime político vigente e uma revisão da Constituição de facto, preparando ocasião favorável para uma revisão formal.

Por isso, o derrubamento do governo Mota Pinto e uma viragem democrática na política portuguesa são uma tarefa central na situação presente.

A reacção leva a cabo uma intensa campanha visando espalhar a ideia de que as dificuldades existentes têm como causa o 25 de Abril. Mas o povo português tem cada vez mais clara consciência de que o agravamento da sua situação e das dificuldades não se dá porque os governos defendam e prossigam Abril, mas, precisamente ao invés, porque o combatem e pretendem destruir as suas conquistas.

Assim, no Portugal nascido da revolução, passaram a ser formas essenciais de luta e intervenção: primeiro, as lutas de massas; segundo, a contribuição directa para a solução dos problemas; terceiro, a acção junto dos órgãos de Poder e nos órgãos do Poder central e local; e, quarto, a concorrência às eleições.

Trata-se de formas de acção complementares e indispensáveis.

Em conjunto, constituem um atestado da natureza e características do regime democrático português, da influência dos trabalhadores na vida política, social e económica, da vitalidade das transformações democráticas alcançadas com a revolução, da ligação do povo com a nova realidade e da elevada consciência e da firme determinação dos trabalhadores e das massas populares.

Três anos de ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da revolução são também três anos de luta heróica do povo.

As lutas de massas constituem a primeira e determinante forma de luta e de intervenção na defesa das conquistas da revolução e do regime democrático.

As lutas de massas (cuja orientação deve ter simultaneamente em conta as situações conjunturais e a consideração global da situação política) têm sido e continuam a ser um factor determinante de defesa dos interesses dos trabalhadores e das vastas massas populares, da defesa da democracia, do isolamento progressivo da reacção e do reforço orgânico do movimento operário e popular que acabará por determinar uma viragem democrática na política nacional.

A segunda forma de luta e intervenção na defesa das conquistas da revolução e do regime democrático é a contribuição directa para a solução dos problemas.

Pela primeira vez na história de Portugal, o trabalho tornou-se uma forma de acção política e de luta revolucionária.

Todas estas e outras formas construtivas de intervenção através do trabalho, evidenciando uma elevada consciência política e patriótica, e atestando a vitalidade das conquistas revolucionárias, constituem uma valiosíssima contribuição para a economia nacional e uma importante forma de luta na defesa das conquistas da revolução e do regime democrático.

Se os trabalhadores, na luta em defesa da democracia, levam a cabo grandes campanhas de sementeiras em terras que a reacção ameaça arrancar-lhes, se aceitam privações para não agravar a situação de empresas nacionalizadas, se se interessam profunda e directamente pela solução dos problemas nacionais, é porque a revolução está viva e bem viva no espírito, na vontade e na confiança do povo português.

A terceira forma de luta e intervenção do povo português em defesa das conquistas da revolução e do regime democrático desenvolve-se ao nível dos órgãos de soberania e outros órgãos do poder estatal.

No concreto: acção no governo ou junto do governo, acção na Assembleia da República, encontros com o Presidente da República, contactos com o Conselho da Revolução e acção nas autarquias.

A acção do nosso Partido na Assembleia da República constituiu (tal como continua a constituir) uma contribuição importante para a defesa dos interesses do povo, das conquistas da revolução, da democracia.

Os encontros com o Presidente da República inserem-se, do lado do Presidente, nos seus contactos normais com os partidos e, da parte do nosso Partido, na política de contactos com os órgãos do poder.

É sabido que o PCP foi o único dos grandes partidos que não apoiou a candidatura do general Eanes. É sabido que o PCP é aquele Partido de quem mais se distancia a orientação e a intervenção política do Presidente. É sabido que numerosas decisões do Presidente, designadamente o seu empenhamento directo no governo Mota Pinto, encontram a nossa profunda discordância mesmo quando não é publicamente explicitada. E é também sabido que, apesar disso, o PCP é o único Partido que (ao contrário dos partidos que votaram no general Eanes e alternam as colagens e os elogios com as descolagens e os furibundos ataques) mantém imperturbável a sua atitude de não apoiar nem hostilizar a pessoa do Presidente.

As determinantes desta atitude têm sido muitas vezes explicadas.

A primeira é que consideramos a estabilidade do órgão de soberania Presidente da República necessária à consolidação da democracia portuguesa.

A segunda é a firme determinação do nosso Partido de contribuir com as suas atitudes para a unidade e a estabilidade das Forças Armadas na defesa do regime democrático e da independência nacional.

É certo que a evolução que se tem verificado ao nível da hierarquia militar é no sentido da direita. Mas não só essa evolução teria sido muito mais rápida e perigosa se a linha de conduta do PCP fosse diferente, como se não teria dado certamente outra evolução cada vez mais acentuada: o reconhecimento em vastíssimos sectores da atitude responsável do PCP em defesa do regime e o reforço do prestígio do Partido e dos ideais democráticos nas Forças Armadas.

A reacção tem feito os possíveis e os impossíveis para criar um conflito entre o PCP e as Forças Armadas e, como um dos caminhos para isso, criar um conflito entre o PCP e o Presidente da República.

Constantemente a reacção procura pressionar o Presidente para que combata mais directamente o PCP e procura pressionar o PCP para que ataque o Presidente.

A nossa resposta está dada: não faremos a vontade à reacção. Temos suficiente experiência para não nos deixarmos cair em armadilhas.

Consideramos necessário prosseguir serenamente esta linha de conduta.

Finalmente, nas autarquias, o PCP luta pela concretização dos princípios constitucionais em matéria de poder local: democratização, descentralização e autonomia administrativa e financeira.

A quarta forma de luta e intervenção do povo português na defesa das conquistas da revolução e do regime democrático são as eleições.

As eleições para as Autarquias realizadas em Dezembro de 1976 (únicas eleições gerais realizadas desde o VIII Congresso) confirmaram a derrota da direita nas eleições para a Assembleia da República e o apoio do povo português aos ideais de Abril.

As eleições suplementares para Câmaras e Assembleias de Freguesia realizadas depois de Dezembro de 1976 demonstraram que, ao contrário do que anunciava a reacção, o povo português não se afasta dos comunistas, mas pelo contrário cada vez mais confia neles.

O nosso Partido defende firmemente que quaisquer soluções para a crise política e económica e para todos os outros problemas nacionais deve ser encontrada rigorosamente no quadro das instituições, da legalidade e da ordem democrática, ou seja, no quadro do regime democrático consagrado na Constituição.

Há um aspecto característico da situação presente que nunca é de mais sublinhar: São as forças reacionárias (incluindo o próprio governo) que violam sistematicamente a Constituição e as leis e é o movimento operário e popular que actua no quadro do regime, da legalidade e da ordem democrática. São as forças reacionárias (incluindo o próprio governo) que insistem em acções e tentativas persistentes e constantes de desestabilização e é o movimento operário e popular que desenvolve uma acção responsável no sentido da estabilização e da estabilidade.

A alternativa que o PCP propõe ao povo português, a todos os democratas e patriotas, tem um pressuposto fundamental: o prosseguimento do regime democrático, o respeito pela Constituição.

Nessa base e só nessa base podem ser resolvidos os grandes problemas nacionais.

As grandes linhas de uma Plataforma para uma alternativa democrática proposta pelo PCP através do presente Congresso indicam um caminho seguro e certo para a solução dos problemas nacionais e para a garantia da democracia e da independência nacional.

A Plataforma que o PCP propõe ao povo português e a todos os democratas e patriotas consta de 10 pontos fundamentais:

- 1.º — Estabilidade do regime democrático e respeito pela Constituição, lei fundamental do País;
- 2.º — Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos;
- 3.º — Dinamização e respeito pelos limites das diversas formações económicas (sector nacionalizado, UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, pequena produção mercantil, empresas capitalistas);
- 4.º — Uma política económica e financeira voltada para o desenvolvimento;
- 5.º — Defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias;
- 6.º — Reforma do ensino e política cultural ao serviço do povo;
- 7.º — Unidade das Forças Armadas e estabilidade militar;
- 8.º — Unidade nacional e integridade territorial;
- 9.º — Relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

E ainda, em virtude das violações da legalidade democrática a partir dos órgãos de soberania.

10.º — Rectificação de decisões e acções inconstitucionais e ilegais do Governo.

As próximas eleições — para as autarquias em fins do ano corrente, para a Assembleia da República e Assembleias das Regiões Autónomas em meados de 1980 e para a Presidência da República em fins de 1980 — aparecem, na situação existente, como grandes batalhas políticas que podem decidir do rumo da política nacional.

As eleições não constituem um perigo para a democracia. O perigo é que possam vir a realizar-se em termos inconstitucionais e não democráticos.

Apesar da lei eleitoral estar promulgada, a reacção procura ainda alterá-la instituindo o voto obrigatório

Não está ainda totalmente afastada a hipótese da realização de eleições intercalares, que o nosso Partido desde 31-7-1977 apresenta como saída constitucional para a crise. Mas, não tendo lugar as intercalares, é necessário que as eleições se realizem nos prazos normais, sem adiamentos nem antecipações, sem sobreposições que falseiem os resultados e com rigoroso respeito pelos princípios constitucionais e pelas leis e regras democráticas.

No que respeita às eleições para a Assembleia da República temos de preparar as condições para que três resultados sejam alcançados: derrotar novamente a reacção mantendo em minoria os partidos da direita, alcançar uma maioria democrática na Assembleia (designadamente do PCP e do PS) e, como condição basilar e essencial para uma alternativa democrática, aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP.

Quanto às eleições para a Presidência da República é ainda cedo para tomar posição no concreto.

Não é certo que a independência dos órgãos de soberania em relação às forças armadas possa ser melhor assegurada por um Presidente civil que por um Presidente militar. É caso a considerar mais perto dos acontecimentos.

Em termos gerais, o nosso Partido é contrário à antecipação das eleições e a qualquer forma não constitucional que ligue às eleições presidenciais um «referendo» ou «plebiscito».

Consideramos essencial que o Presidente da República cumpra escrupulosamente a Constituição e as normas do regime democrático, seja aberto ao diálogo e atento às expressões das aspirações e da vontade populares, não se envolva directamente na acção governativa e tenha em conta, para a formação do governo, os resultados das eleições para a Assembleia da República.

Em todas as eleições, trata-se de conseguir resultados que assegurem a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, do regime democrático consagrado na Constituição.

A experiência destes três anos e meio mostrou que é possível defender as grandes conquistas democráticas — que correspondem a necessidades objectivas e à vontade popular — contra um governo que desrespeita a própria Constituição e recorre ao arbitrio, à ilegalidade e à violência.

Enquanto o governo e a sua política se mantiverem, a luta em defesa das conquistas da revolução e do regime democrático vai continuar e tudo faremos para que continue com sucesso.

Mas devemos ter plena consciência de que uma tal situação pode durar ainda muito tempo, mas não se pode prolongar indefinidamente.

Se as forças democráticas não conseguissem (como estamos certos que conseguirão) impor finalmente uma viragem democrática dos órgãos de poder, estas acabariam por destruir as conquistas da revolução democrática e, com elas, o próprio regime democrático.

Para garantir e assegurar as transformações democráticas alcançadas e o regime é indispensável um governo democrático com uma política democrática.

Para já é necessário substituir o governo actual por um governo que respeite a Constituição e as leis e que assegure condições de seriedade e isenção na preparação e realização de próximas eleições (intercalares ou não).

O PCP propõe para o imediato a formação de um governo de gestão, seja com representantes dos 4 partidos com grupos parlamentares, seja com qualquer outra fórmula a considerar.

Para o futuro, o PCP luta por um governo democrático, com base partidária e apoio maioritário na Assembleia da República, o que significa, tanto nas condições presentes como nas condições previsivelmente resultantes das eleições para a Assembleia da República, o apoio da maioria existente de deputados socialistas e comunistas.

O PCP continua hoje e sempre pronto a examinar todos os problemas relativos à solução da crise governamental com todos os partidos e forças democráticas, designadamente o PS, e mesmo com quaisquer forças e sectores que estejam por sua parte prontos a aceitar uma alternativa de acordo com o PCP.

Governos e entidades estrangeiras têm feito numerosas declarações contra a eventual participação do PCP no governo.

Trata-se de uma ingerência inadmissível nas questões internas portuguesas, que ofende a soberania e a independência nacionais.

É ao povo português e só ao povo português que cabe decidir se os comunistas devem ou não fazer parte do governo. E no dia em que o decida e faça respeitar a sua vontade não são os imperialistas que poderão impedi-lo.

O ataque global da reacção contra o regime democrático converge no ataque global à Constituição.

O PCP não põe em causa a legitimidade de uma revisão da Constituição, mas nos precisos termos constitucionais e legais.

E isso significa:

Primeiro: que é a Assembleia da República a eleger

apresentado por Álvaro Cunhal

em 1980 e só ela que tem competência para proceder a alterações da Constituição.

Segundo: que qualquer alteração da Constituição só pode ser efectuada mediante uma maioria de dois terços dos deputados.

Terceiro: que qualquer revisão constitucional tem de observar os limites materiais indicados no artigo 290.º da Constituição.

Quem quer que coloque a revisão da Constituição fora deste quadro legal e obrigatório coloca-se numa atitude ilegal e subversiva preparatória de um golpe de Estado.

Um problema maior se coloca em ligação com a revisão constitucional: o problema da presença das Forças Armadas na vida política.

Trata-se de uma presença real, de uma situação de facto, que se não modifica nem por qualquer decreto nem com declarações piedosas e muitas vezes insinceras de submissão ao poder civil.

Segundo o nosso Partido, a presença das Forças Armadas na vida política deve continuar institucionalizada para que não fique perigosamente à mercê da mera correlação de forças.

Actualmente, essa institucionalização é assegurada através do Conselho da Revolução e do facto de que o Presidente da República é simultaneamente Presidente do Conselho da Revolução e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Nada na Constituição obriga a modificar esta situação e qualquer alteração tem de ser cuidadosamente ponderada.

A esse respeito, é nosso dever advertir que, mesmo antes da revisão da Constituição, há riscos de que, através de legislação se pretenda comprometer a garantia de defesa do poder civil ao poder militar. Além do mais, o projecto é inconstitucional, pois anulava o Conselho da Revolução, que, pelo menos até uma eventual revisão constitucional, continua sendo um órgão de soberania.

É matéria sobre a qual se impõe uma séria reflexão. Pela sua parte, o PCP não objectaria a que o Conselho da Revolução, tendo como seu Presidente o Presidente da República, continuasse como órgão de soberania. Mas, caso venha a verificar-se o desaparecimento do Conselho da Revolução, é indispensável que os seus actuais poderes sejam transferidos para outros órgãos sem soluções de continuidade constitucional, que os vastos poderes do Presidente da República (independentemente da pessoa) mantenham as limitações actualmente resultantes das competências do Conselho da Revolução e que as Forças Armadas continuem vinculadas às conquistas e ao espírito do 25 de Abril, ou seja ao regime democrático, que são obrigadas a respeitar e a defender.

A restauração do poder económico dos grupos monopolistas e dos latifundiários seria a restauração do seu poder político, seria a liquidação da democracia política e a instauração de uma nova ditadura.

O regime democrático português é um todo em que a democracia política é indivisível das características da organização económica.

Por motivo das próprias condições objectivas específicas, a luta pela democracia política em Portugal identifica-se com a luta pela democracia económica e social.

A única perspectiva de defesa, consolidação, prosseguimento e aprofundamento da democracia política é a perspectiva da consolidação definitiva e do prosseguimento das grandes conquistas revolucionárias, designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo de gestão, é a perspectiva da construção de uma sociedade onde sejam abolidas a exploração do homem pelo homem, é a perspectiva do socialismo.

Apesar das alterações verificadas na situação política nacional, não se alteraram os dados fundamentais do sistema de alianças na etapa actual da Revolução.

A classe operária, tomando a iniciativa, empenhando a sua capacidade de organização e mobilização, definindo os grandes objectivos, arvorando a bandeira da defesa dos interesses populares e nacionais, das conquistas da revolução e do regime democrático, confirmou-se plenamente, nas cidades e nos campos, como a vanguarda incontestável do povo português.

A aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores) é a aliança social básica da ampla frente social das classes e camadas antimonopolistas.

Os empregados, os quadros, os intelectuais, as profissões liberais, os artesãos, os pequenos e médios comerciantes e industriais, a pequena burguesia urbana em geral, fazem parte do sistema de alianças na actual fase do processo revolucionário.

É característica a redução da base social de apoio das forças da direita e o alargamento da base social de apoio de uma política de defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

Reforçar a aliança da classe operária com o campesinato e a pequena burguesia, isolar o grande capital, a média burguesia a ele ligado, os latifundiários e os senhorios ricos, impedir a deslocação para a direita das camadas intermédias neutralizando-as ou ganhando-as para a luta em defesa do regime — são as grandes tarefas que se colocam para o desenvolvimento da grande frente social que combate pela democracia.

As novas contradições, conflitos de interesses e deslocações das classes e camadas sociais têm profundos reflexos nos partidos e outras formações políticas.

O facto de que o regime democrático e o exercício das liberdades pelos trabalhadores e as massas populares são um obstáculo intransponível à realização dos objectivos de liquidação das conquistas da revolução e da restauração do capitalismo monopolista provoca a radicalização das forças de direita.

Os partidos e forças reacçãoárias evoluem rapidamente para posições, concepções e objectivos fascistas e fascizantes.

Essa evolução é cada vez mais nítida no CDS e no

PPD/Sá Carneiro, sem falar já do MIRN, do PDC, do PPM, da FLA e da FLAMA.

Surgem também grupos políticos que, pretendendo apresentar fora dos partidos novos programas, revelam o fundo fascizante das suas teorias e propostas.

Tal é o caso dos chamados reformadores, em que as «reformas» propostas, com a liquidação das conquistas revolucionárias e da Constituição, um novo poder político, uma segunda câmara de tipo corporativo, um sistema eleitoral digno do marcelismo, a estatização dos sindicatos, a criação de um «Novo Estado» (os fascistas tinham o «Estado Novo»), transpiram ideologia autoritária, totalitária e fascista por todos os poros.

Esta radicalização na extrema-direita não é acompanhada pela massa de aderentes e eleitores dos partidos respectivos. A arrumação política dos partidos deixou de corresponder à arrumação das forças sociais, de forma que as fronteiras entre os partidos não correspondem às fronteiras das forças e dos conflitos sociais. Nos próprios partidos reacçãoários manifestam-se divergências e crises internas, surgindo tendências e grupos discordantes da orientação dos dirigentes e inclinados para soluções políticas no quadro do regime democrático. Tal é o caso de uma parte dos deputados dissidentes do PPD.

O PS, pela composição social e ideológica muito heterogénea, repercute também nos conflitos internos de opinião as contradições de classes e as deslocações sociais. Tendem a polarizar-se tendências democráticas de esquerda e tendências para uma social-democracia da direita. Como linha oficial, prossegue uma política contraditória, cujos traços essenciais são a defesa da democracia política formal e as alianças com a direita na recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Isolar os partidos, forças e sectores fascistas e reacçãoários, dificultar as suas alianças, neutralizar ou atrair a posições democráticas e a acções comuns todos aqueles que (estejam em que partido estiverem) se pronunciem por soluções constitucionais, procurar o entendimento e a acção comum do PCP e PS, alargar e reforçar a cooperação e a unidade com todos os democratas — são as grandes tarefas que se colocam com vista à formação de uma ampla frente política para defesa e continuação do regime democrático.

O movimento operário e popular desenvolve-se em numerosas frentes de luta, através de numerosos movimentos específicos. É um movimento fortemente organizado, em que participam milhões de portugueses e portuguesas. Assente em poderes e muito diversificadas formas de organização, constitui a força dinamizadora e determinante tanto da frente social como da frente política da democracia.

O movimento sindical unitário, coeso em torno da CGTP — Intersindical Nacional, é uma exaltante expressão da elevada consciência de classe e da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses. É uma arma poderosa dos trabalhadores na defesa dos seus interesses vitais, das conquistas da revolução e do regime. É um baluarte do novo Portugal democrático.

O facto é que a CGTP — IN tem reforçado incessantemente as suas posições com a vitória de listas unitárias na maioria esmagadora das eleições sindicais, com a adesão à CGTP — IN de dezenas de sindicatos, com o alargamento da organização, a verticalização e a fusão de sindicatos.

O facto é que a CGTP — IN continua a ser, de facto e de direito, a grande, incontestável e insubstituível central unitária dos trabalhadores portugueses.

A chamada UGT, apesar de ser produto da vergonhosa coligação sindical PS-PPD, de contar com o apoio do CDS, da CIP, da CAP e de todas as forças reacçãoárias, apesar de untada com milhões de marcos e de dólares, apesar de ter escandalosamente ao serviço da sua propaganda o governo e os meios de Comunicação Social estatizados, nem sequer o arremedo de uma central sindical consegue ser.

Para o reforço do movimento sindical unitário é necessário reforçar estas características, assegurar sempre a democracia interna, melhorar a organização, prosseguir a reestruturação, promover a sindicalização e a organização sindical de mulheres e de jovens, combater o sectarismo e defender firmemente a unidade.

São também tarefas atrair firmemente não filiados, repudiar os sindicatos paralelos, recuperar, para o campo da unidade, sindicatos dominados por direcções ligadas aos divisionistas.

Seria um erro grave, quando os divisionistas se instalarem na direcção de um sindicato, sair desse sindicato e procurar formar um novo. A tarefa é prosseguir tenazmente o combate até que (como tem acontecido em numerosos sindicatos) os divisionistas sejam derrotados e o sindicato se integre no movimento unitário.

Esta orientação é coerente com a defesa firme por parte do Partido da unidade da classe operária e do movimento sindical.

É também necessário estar atento ao projecto de nova lei sindical apresentado por Goncalves e pelo PS, que, com um amontoado de conceitos totalitários e fascizantes, visa liquidar a vida democrática dos sindicatos e a liberdade sindical, destruir por via administrativa o movimento sindical unitário e tornar obrigatórios sindicatos dirigidos e espartilhados pelo Estado.

A organização e a luta do campesinato registaram significativos progressos desde o VIII Congresso do Partido.

O movimento dos pequenos e médios agricultores foi tomando corpo em formas diversificadas de organização com fins específicos, reforçou-se numa actividade de massas diária e constitui actualmente um movimento nacional e um dos mais importantes destacamentos do movimento popular.

O movimento camponês aparece pela primeira vez como uma força social organizada à escala nacional. Trata-se de um salto qualitativo e de uma verdadeira viragem com profundas repercussões políticas.

O movimento da juventude, desdobrando-se em duas frentes ou movimentos principais — o movimento da juventude trabalhadora e o movimento da juventude estudantil — tendo à sua frente como vanguarda a juventude comunista, constitui uma força poderosa e aguerrida do movimento popular e democrático.

O movimento da juventude estudantil caracteriza-se pelo desenvolvimento das lutas de massas (greves, ple-

nários, reuniões gerais, concentrações e manifestações), pelo reforço e diversificação das actividades do movimento associativo e pelos progressos da corrente unitária ao nível das massas.

O movimento da juventude constitui uma poderosa frente do movimento popular.

Tem, porém, de reconhecer-se que, no movimento da juventude trabalhadora, existem debilidades nas empresas, no movimento da juventude estudantil certa estagnação e uma quebra na dinâmica tradicional e, num e noutro, atrasos na resposta a problemas de tanta gravidade como a droga, o marginalismo, a prostituição e a delinquência juvenil.

O desenvolvimento do movimento da juventude depende de forma directa e imediata do reforço das organizações da juventude comunista (UJC e UEC).

Apesar das bases sociais e dinâmica de luta diferenciadas, a juventude trabalhadora e a juventude estudantil têm numerosos problemas comuns (desemprego, saídas profissionais, direito ao ensino, à cultura e ao desporto, ocupação de tempos livres, dificuldades de constituir família, combate à droga, etc.).

Só por si, este facto indica a necessidade de uma estreita e crescente coordenação da actividade da UJC e da UEC.

É necessário porém ir mais longe. Ainda que sem precipitações e tendo em conta os problemas específicos e a eventual necessidade de manter formas de organização com estruturas diferenciadas, considera-se que estão maduras as condições para dar passos efectivos no sentido da unificação das duas organizações da juventude comunista: da UJC e da UEC.

O nosso IX Congresso confere à UJC e à UEC essa grandiosa e exaltante tarefa: tomar as decisões, disposições e iniciativas necessárias para a unificação das duas organizações da juventude comunista.

Antes de terminar o ponto relativo à juventude, uma referência é devida aos Pioneiros de Portugal, em que participam milhares de crianças e cujos objectivos são a formação moral, a educação cívica e a ocupação dos tempos livres das crianças. A sua actividade está em franca expansão. É dever das organizações do Partido e da juventude comunista apoiarem esta actividade, porque o bem-estar, a saúde e a felicidade das crianças é uma das tarefas mais profundamente sentidas pelos comunistas.

A organização e a luta das mulheres são de importância vital para o desenvolvimento e o êxito da luta em que o povo português está empenhado.

As mulheres comunistas, cujo número sobe a mais de 30 000 (como adiante será referido) encontram-se indiscutivelmente na vanguarda do movimento e da luta das mulheres.

Entretanto existem debilidades que devemos considerar. Está por definir uma orientação com suficiente profundidade. Continuam a verificar-se descoerências e critérios subjectivos acerca do trabalho feminino. Colocam-se com frequência em plano secundário as tarefas respectivas. Não são por vezes dados os apoios necessários. E, de uma forma geral, a promoção de quadros femininos é entravada e afectada.

Isto significa que desigualdades e discriminações, enraizadas na vida social portuguesa, têm ainda profundos reflexos na vida política. Continua a existir uma subestimação do papel das mulheres e de tudo quanto estas dão e podem dar à luta do nosso povo.

Tem de empreender-se um esforço decidido para ultrapassar estas incompreensões e dificuldades.

Façamos do nosso IX Congresso um ponto de viragem com vistas à transformação do actual movimento de mulheres num poderoso movimento nacional de massas.

É uma característica típica da evolução da situação política desde o VIII Congresso, que, ao mesmo tempo que os governos se deslocam progressivamente para a direita e as forças reacçãoárias reconquistam posições na economia nacional e no aparelho do Estado, as massas populares se deslocam para a esquerda, o movimento operário e popular reforça a sua organização e a sua unidade e alarga-se a base social de apoio às conquistas da revolução, ao regime democrático, ao ideal libertador do 25 de Abril.

O peso político e o exemplo da unidade dos movimentos e organizações unitárias não dispensa entretanto o entendimento dos democratas no plano de acção dos partidos.

A unidade dos democratas e patriotas tem sido e continua a ser um dos objectivos fundamentais da orientação do Partido.

No quadro das forças políticas nacionais, o problema da acção comum de comunistas e socialistas é um problema-chave para uma alternativa democrática.

Há entretanto quem pergunte se existe realmente qualquer possibilidade de entendimento com o PS e se continuar a política de unidade com o PS não é correr atrás do vento.

Três circunstâncias nos levam a lutar tenazmente pela unidade de comunistas e socialistas.

A primeira é que uma alternativa democrática no quadro das instituições só é possível na base da maioria do PS e do PCP. Não existe outra maioria democrática possível.

A segunda é que o PS, para continuar a ser um grande partido democrático e não se definir cada vez mais, tem de corrigir a sua política e abandonar as alianças com a reacção.

A terceira é que um número muito elevado de militantes do PS e eleitores do PS compreende a necessidade da acção comum de comunistas e socialistas para fazer frente à reacção e por isso se aproxima do PCP e coopera das formas mais diversas com os comunistas.

Daqui, do nosso IX Congresso, nós insistimos por um entendimento de comunistas e socialistas. Insistimos em que se examinem em comum todas as possibilidades para que esse objectivo seja alcançado.

No quadro da unidade dos movimentos unitários e das forças democráticas coloca-se o problema da participação dos católicos na luta política e social.

A religião não é uma corrente política. Os praticantes de uma religião pertencem a classes diferentes. A sua arrumação natural na batalha social e política

dá-se segundo os interesses de classe a que pertencem, e não segundo a religião que perfilham.

Centenas de milhares de católicos participam nos movimentos unitários e lutam lado a lado com comunistas.

A tentativa de paridarização da religião católica é uma manipulação dos sentimentos religiosos visando enquadrar os católicos em partidos reacçãoários.

O problema da unidade com os católicos é um falso problema porque a unidade entre as forças políticas é também a unidade entre católicos que militam em campos muito variados, incluindo no nosso próprio Partido.

Nos anos decorridos desde o VIII Congresso, o Partido reforçou-se consideravelmente. Em termos de organização, de militância, de capacidade de mobilização e de influência é sem contestação o maior partido português.

Entretanto, dadas as suas grandes responsabilidades e o seu papel na defesa e na construção da sociedade democrática, a força do Partido não é ainda suficiente para o cumprimento das suas tarefas históricas.

Só poderemos dizer «é suficiente» quando, com a classe operária, com as massas populares, com outros democratas e patriotas, realizarmos a viragem que se impõe na política portuguesa.

No período decorrido desde o VIII Congresso assiste-se à derrocada política e ideológica do esquerdismo e ao fracasso e descrédito das concepções sociais-democratas, cujo carácter capitulacionista e antipovo se revelou na prática da vida aos olhos das massas.

Entretanto, no trabalho ideológico do Partido, verificam-se atrasos no combate à teorização reacçãoária e oportunista e na elaboração teórica das propostas do Partido para a construção da democracia e do socialismo.

Na situação presente, a batalha ideológica deve ter em conta a instabilidade da situação, a extrema mobilidade táctica das forças políticas e as súbitas e bruscas variações de alianças conjunturais.

Os processos sociais, nos quais a ideologia intervém como uma força material, engendram por sua vez posições ideológicas.

Na situação portuguesa desde o 25 de Abril é característico das forças contra-revolucionárias esconderem os verdadeiros objectivos da acção política atrás de densas nuvens de fumo teorizante.

Isso não impede que, nas proliferas teorizações, sejam detectáveis os traços essenciais da ideologia fascista e neofascista.

Esta realidade impõe um acrisado combate à contra-ofensiva ideológica das forças reacçãoárias e do oportunismo (sobretudo nos seus aspectos pretensamente renovadores), cujo afã é justificar e apresentar como inevitável a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a restauração do capitalismo monopolista de Estado e a liquidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Nesta mesma batalha se insere a luta contra o oportunismo de direita e contra o aventurismo, esquerdista, contra o anticomunismo e o anti-sovietismo, contra as concepções social-democrata e neocolonialista, contra a teorização da capitulação nacional ante o imperialismo.

E, como linha mestra do trabalho ideológico do Partido, utilizando a arma poderosa que é o marxismo-leninismo, mantém-se a constante atenção e o constante exame dos novos fenómenos e das novas situações, o aprofundamento do estudo da sociedade portuguesa, da revolução portuguesa e da linha política do Partido, o estudo e formulação das experiências revolucionárias e a divulgação pelas mais amplas massas dos resultados do estudo e da elaboração ideológica e teórica.

A teoria, quando ganha as massas, intervém no combate político como uma força material.

Já hoje, o pensamento revolucionário do Partido actua como força material na vida social e política portuguesa. Trabalharemos para que essa força seja cada vez mais poderosa.

Cabe ainda dizer algumas palavras acerca da unidade do Partido.

A unidade do nosso Partido é uma realidade, uma concepção e uma prática. Constitui motivo de profunda alegria, de orgulho e de confiança de todos nós, comunistas.

Pode perguntar-se (e alguns perguntam) quais as razões profundas da unidade do nosso Partido?

Como se explica que, num processo revolucionário tão irregular e acidentado, com tantas situações extremamente complexas, com tantos momentos de incerteza e de perigo, a unidade do PCP, de um partido em constante crescimento, de um partido que em si mesmo, não deixando de ser um partido de quadros, é já um partido de massas, se tenha mantido sem qualquer brecha?

Como se explica que todos os outros partidos tenham conhecido numerosas crises internas, divisões, conflitos, cisões, demissões, expulsões, tocando as direcções e tocando a base, e que, em contraste, o nosso Partido, em plena expansão, desenvolvendo uma colossal actividade, mantenha uma absoluta coesão?

Esta unidade, aos olhos alheios, parece um mistério. Para nós, os membros do Partido, as suas causas são claras.

A unidade do nosso Partido é a resultante da sua natureza de classe. Da correcção da sua orientação comprovada pela vida. Da solidez dos princípios. Da educação marxista-leninista. Da estreita ligação da Direcção com todo o Partido. Da participação activa de todo o Partido na elaboração da orientação geral. Do respeito pelos militantes. Da prática do trabalho colectivo ao nível de cada organização e ao nível geral da actividade partidária. Da vida democrática interna em que quase se esquece que os princípios democráticos são normas de trabalho, porque passaram a fazer parte da atmosfera partidária que se respira. E da disciplina consciente que surge natural e espontânea da própria actividade e que deixa de sentir-se como uma obrigação, porque passou há muito a ser uma prática voluntária e um hábito de actuar e de viver no Partido.

A unidade é inseparável do estilo de trabalho do nosso Partido, que se criou através da sua própria história e em correspondência com a orientação política, os critérios do trabalho de Direcção, as soluções orgânicas, a política de quadros e a experiência revolucionária.

O espírito de classe imanente em toda a actividade,

(Continua na pág. 4)



(Continuação da pág. 3)

o trabalho colectivo ligado à actividade individual, a crítica fraternal, a autocrítica fácil e natural mesmo quando não explicitada, a camaradagem, o respeito mútuo, a fraternidade e solidariedade entre comunistas, a democracia como princípio, como linha de trabalho e como hábito de conduta, a autoridade ganha pelo trabalho e não por razões formais, a dignificação das tarefas mais modestas, o constante contacto directo da Direcção com a base e com as massas, o dinamismo, a energia, o espírito de iniciativa, a dedicação — são características fundamentais do estilo de trabalho do nosso Partido.

Este estilo de trabalho está na raiz de muitos dos nossos sucessos. Trabalharemos para a sua manutenção e o seu reforço.

Somos muitos e seremos mais. Actuando todos e cada um de nós com o mesmo pensamento que é o pensamento colectivo do nosso grande colectivo partidário, como um bloco de vontade, energia e determinação, em ligação íntima, constante, orgânica, com a classe operária e as massas populares, constituímos uma força invencível.

Toda a actividade do nosso Partido é inspirada pelo amor ao nosso povo e à nossa pátria.

Lutamos pela liberdade, o bem-estar e a felicidade do povo português. Lutamos pela independência, a integridade e o progresso da pátria portuguesa.

Patriotas que somos, nós, os comunistas portugueses, não nos fechamos entretanto em estreitos critérios nacionais, como se Portugal fosse um planeta à parte da Terra e o povo português nada tivesse a ver, na sua vida e na sua luta, com a vida e a luta dos povos dos outros países.

Nunca esquecemos que a luta do nosso Partido e do nosso povo se inserem num processo universal cuja característica fundamental na nossa época é a passagem do capitalismo ao socialismo.

Quando aqui, no Congresso, entre os nossos numerosos convidados, ao lado dos representantes do partido que dirigiu a primeira revolução socialista e a criação do primeiro Estado de operários e camponeses e que actualmente está à frente do país cujo papel é determinante na evolução mundial — O Partido Comunista da União Soviética; ao lado dos representantes dos partidos comunistas e operários dos outros países socialistas, cujo número aumenta com novas revoluções vitoriosas; ao lado dos representantes dos partidos comunistas e operários com dezenas de anos de história no movimento comunista internacional, vemos e ouvimos os representantes das mais recentes revoluções vitoriosas, os representantes do Laos, da FRELIMO e do MPLA, partidos que consideramos irmãos do nosso, do Iémen do Sul, da Etiópia e do Afeganistão, de partidos revolucionários (africanos, árabes, asiáticos) que, não sendo comunistas, dirigem nos seus países transformações revolucionárias democráticas e progressistas — *temos aqui mesmo, no nosso IX Congresso, os testemunhos vivos de que as forças do imperialismo e da reacção não fazem parar a história, de que a humanidade avança irresistivelmente no caminho da liberdade, da independência dos povos, da paz e do progresso social, da libertação de todas as formas de exploração e opressão — no caminho radioso do socialismo e do comunismo.*

(...)

O reforço da cooperação e da solidariedade recíproca entre todos os partidos comunistas e operários, entre todas as forças anti-imperialistas, é essencial para derrotar as forças do imperialismo e da reacção e para prosseguir com sucesso, até à vitória completa e final, a luta libertadora da humanidade.

O PCP considera indivisíveis as tarefas nacionais inspiradas pelo amor ao povo e à pátria e as tarefas internacionais inspiradas pelos ideais do internacionalismo proletário.

(...)

A solidariedade activa é um dos aspectos fundamentais dos nossos deveres internacionais e internacionalistas. Mas consideramos que a principal contribuição que podemos dar à luta dos outros povos é o sucesso da luta dos outros povos, é o sucesso da luta no nosso próprio país.

Por vezes visitantes estrangeiros perguntam-nos: Que resta da revolução portuguesa? Não estará tudo acabado?

Estamos convencidos de que os convidados levarão a exacta ideia de que a revolução portuguesa está viva e bem viva na realidade do País, na pujança e determinação do movimento operário e popular, no contínuo ascenso do nosso Partido e da sua ligação com as massas.

A democracia portuguesa, defronta actualmente os ataques furiosos das forças reacçãoárias, que pretendem destruir as suas conquistas. A democracia portuguesa corre riscos e sérios riscos.

Mas o povo português, os democratas portugueses, têm força bastante para fazer frente à reacção e assegurar finalmente a realização dos grandes objectivos da revolução democrática e nacional.

Portugal de Abril, Portugal da revolução dos cravos, Portugal livre, democrático e independente, Portugal das nacionalizações e da Reforma Agrária, será defendido, consolidado e construído e seguirá finalmente o caminho do socialismo.

É este o programa dos comunistas portugueses. Os comunistas não pouparão trabalhos, esforços, energias e darão a vida se necessário para que ele seja realizado.

Para o bem do povo português, para o bem da pátria portuguesa.

Relatório e Resolução Política aprovados por unanimidade e aclamação

Ontem, pelas 24 horas, quando a 7.ª sessão chegava ao fim, foram aprovados por unanimidade e sob uma aclamação vibrante os dois documentos fundamentais do IX Congresso do PCP: a Resolução Política e o Relatório da Actividade do Comité Central apresentado ao Congresso pelo Secretário-Geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Na fase final de discussão das Teses foram introduzidas diversas rectificações, acrescentadas e novas redacções no que se refere, nomeadamente à contra-reforma do ensino; à saúde; à situação e problemas dos intelectuais e quadros técnicos; aos trabalhadores da Função Pública, designadamente quanto aos seus direitos sindicais; às linhas gerais da

actividade do Grupo Parlamentar do PCP; às eleições para as Assembleias das Regiões Autónomas; e à unidade do Partido.

Ao intervir em nome da Comissão de Redacção, o camarada Victor Dias sublinhou que "nestes dias do Congresso foram entregues 97 propostas de emendas, tendo a Comissão de Redacção considerado que 58 deveriam dar lugar às alterações que a proposta refere" no que toca à Resolução Política aprovada — "guia seguro, precioso e indispensável para que nas duras batalhas do presente e do futuro saia vitoriosa a causa da liberdade, da democracia, das conquistas de Abril, do progresso e da independência de Portugal".



Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 789744/768751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768725/768722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - Central Distribuidora Livraria, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 768705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáclio, 80 - 1000 Lisboa. Tel. 372233.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779825.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 53-A - 1000 Lisboa. Tel. 779936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 31067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na Heisk Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 88 650

Convidados nacionais

Durante os trabalhos passaram pela bancada dos convidados nacionais uma delegação da Casa Civil do Presidente da República, de representantes do Conselho da Revolução, conselheiros Pezarat Correia e Martins Guerreiro, o governador civil de Setúbal, uma delegação do PS constituída por António Reis, Miranda Calha e Igrejas Caeiro, a CGTP-IP representada, entre outros, pelos membros do Secretariado Nacional e da Comissão Executiva, José Luís Judas, Armando Teixeira da Silva, Kalidás Barreto e José Ernesto Cartaxo, a APU (Duarte Vidal e Oliveira e Sá), o MDP/CDE (delegação chefiada por José Tengarrinha) e ainda delegações do MDM, da UEDS e da JS. Na bancada dos convidados, entre outras personalidades, esteve ainda o deputado independente social-democrata Cunha Leal.



A democracia interna de um Partido de trabalhadores salientada nas intervenções dos camaradas Jorge Araújo e Joaquim Pires Jorge

O limpo processo democrático — prática corrente no Partido Comunista Português, em todos os aspectos da sua vida e da sua actividade — fica bem demonstrado por todos os trabalhos ligados ao IX Congresso, que hoje termina com a eleição do novo Comité Central.

De forma bem viva e empenhada, os militantes participaram na preparação dos trabalhos do órgão supremo do Partido e no debate documental fundamental que reuniu os delegados no Barreiro — as Teses — cuja divulgação ultrassou em número a divulgação normal de qualquer documento importante do PCP: o «Avante!» publicou-se numa edição de 120 mil exemplares, a que se juntaram os 20 mil de uma outra edição, em separado.

A discussão colectiva, realizada à volta do Projecto das Teses, congregou a atenção de mais de 55 milhares de comunistas. Em cerca de 3 mil reuniões e assembleias, onde o projecto mereceu sempre a aprovação na generalidade, participaram também muitos amigos do partido, trabalhadores interessados nos problemas nacionais e nas vias apontadas pelo PCP para a sua solução. Não é de admirar que a profundidade da reflexão que encontraram por parte dos comunistas, a sua dedicação, também através do estudo dos problemas, a própria vida democrática ali demonstrada, levasse centenas de amigos a pedir a sua inscrição nas fileiras

do PCP onde, lado a lado com os seus camaradas, vão mais consequentemente lutar por um Portugal mais livre onde as conquistas de Abril e a própria democracia se possam consolidar e desenvolver.

De modo organizado e sério pôde assim aprofundar-se o trabalho a que o Comité Central deu início, adoptando o projecto das Teses, na elaboração do qual participaram todos os seus membros.

Quer nas reuniões, quer através de propostas individuais, fruto das discussões colectivas ou da reflexão de cada militante, mais de 5 milhares de emendas às Teses foram à Comissão de Redacção do Congresso que na tribuna revelou aos delegados terem sido consideradas mais de metade dessas valiosas contribuições para o melhoramento do documento que ontem foi posto à votação. Alterações, reformulações e rectificações em grande número foram introduzidas através das propostas aceites, coroando o amplo debate democrático que todo o Partido viveu.

Confirmou-se inteiramente — conforme afirmou a tribuna, no relatório que apresentou em nome da Comissão de Redacção, o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC — a justa orientação definida de considerar não só as propostas que resultam do debate e votação colectiva nas organizações do Partido como ainda as propostas subscritas individualmente pelos militantes

do Partido, assim se exprimindo também por esta forma o respeito existente no nosso Partido pela opinião, pela experiência e pela contribuição de cada militante.

Só um colectivo partidário como o nosso Partido — diria ainda o camarada no relatório que apresentou ao Congresso — poderia ter produzido um conjunto de propostas testemunhando uma tão grande maturidade e sensibilidade política, uma tão grande inserção na luta do nosso povo, uma tão forte atenção à situação política e um tão sólido conhecimento dos problemas nacionais.

Num partido fechado sobre si mesmo, num partido onde a crítica e a autocritica não fossem a prática do trabalho político do dia a dia, essa ampla dinâmica não teria sido possível. Apenas a democracia interna que é uma realidade no seio do Partido Comunista, aliada a um grande sentido de responsabilidade e da disciplina, qualidade de classe, pôde garantir a muitos milhares de trabalhadores portugueses que escolheram o caminho da luta por um futuro mais justo e humano, a sua participação na definição dos caminhos mais certos para concretizar as suas aspirações patrióticas.

Mas não foi apenas ao nível da discussão que se manifestou a democracia interna do PCP. Foi também nas eleições para o próprio Congresso, onde tomam parte 1749 delegados, que reunem no Barreiro, representando os mais

de 164 mil comunistas portugueses.

A Comissão de Verificação de Mandatos do Congresso, através do relatório apresentado pelo camarada Pires Jorge, membro do Comité Central, considerando preenchidas as condições de democraticidade necessárias para o prosseguimento dos trabalhos do IX Congresso, assinalou o facto de 93,9 por cento dos delegados presentes terem sido eleitos pelas organizações do Partido, participando como delegados não eleitos apenas 85 membros do Comité Central, delegados natos e ainda 20 por inerência, conforme as normas do Regulamento do Congresso.

O carácter essencialmente operário do Partido ficou marcado nas eleições para delegados, cuja composição social assinala uma grande maioria de trabalhadores: mais de 42 por cento de operários industriais, 9 por cento de operários agrícolas, 25,8 por cento de empregados, constituindo os quadros técnicos e intelectuais 13,8 por cento da totalidade e os camponeses-agricultores 2,1 por cento, correspondendo a outros sectores e actividades profissionais os restantes 7 por cento.

Desse modo sensivelmente se reflecte a composição social do Partido, de maioria operária e trabalhadora, como é natural num Partido que se rege pelos princípios do marxismo-leninismo e cuja existência é inteiramente dedicada à concretização das aspirações e ideais de liberdade e de justiça.



MOÇÕES APROVADAS

● Sobre o Dia Internacional da Criança

Por feliz coincidência, o IX Congresso do PCP realiza-se no ano em que por decisão da XXX sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1979 foi proclamado o Ano Internacional da Criança, coincidindo também com o 20.º Aniversário da Declaração dos Direitos da Criança aprovada pela Organização das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1959.

Em virtude da mesma feliz coincidência, hoje, dia 1 de Junho, segundo dia do nosso Congresso é, desde 1950 por iniciativa da FDIM, consagrado o Dia Internacional da Criança.

Neste dia a opinião pública reclama activamente no mundo inteiro que sejam garantidos a todas as crianças os direitos fixados pela Declaração dos Direitos da Criança.

O IX Congresso do PCP reafirma a disposição dos Comunistas portugueses de trabalharem incansavelmente para que todas as crianças portuguesas tenham completamente assegurados, o mais pronto possível, todos os direitos proclamados na Declaração dos Direitos da Criança.

1 de Junho de 1979

(Aprovada por unanimidade)

● Sobre a votação da delegação portuguesa na ONU acerca da África do Sul

Considerando que a actuação portuguesa nas instâncias internacionais deve ser compatível com o Portugal de Abril e respeitar a Constituição da República, que condena toda a forma de colonialismo e racismo e enaltece a defesa intransigente dos direitos do homem e dos direitos dos povos à autodeterminação e independência.

Mais, considerando as particulares responsabilidades que neste momento a representação portuguesa tem nas Nações Unidas, onde assume a presidência do Conselho de Segurança.

Considerando finalmente a posição recentemente assumida pela representação portuguesa ao abster-se na Assembleia Geral das Nações Unidas na votação de uma moção em que se propõem sanções económicas contra a África do Sul, no sentido de a pressionar a reconhecer o direito do povo da Namíbia à independência.

O IX Congresso do Partido Comunista Português reafirma a sua posição de abstenção da representação portuguesa que cumprindo a orientação do Governo Mota Pinto se furta às suas responsabilidades e se alia às forças da reacção internacional.

2) Manifesta o seu inteiro apoio à resolução da Assembleia Geral, aprovada pela esmagadora maioria dos países membros.

3) Reafirma a solidariedade à luta contra os regimes racistas, designadamente ao combate do povo da Namíbia, sob a direcção da SWAPO, pela autodeterminação e independência.

2 de Junho de 1979

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

● Sobre a Reforma Agrária

O IX Congresso do PCP levanta o seu enérgico protesto contra a criminosa ofensiva de destruição da Reforma Agrária. O IX Congresso exige que cessem as violências, ilegalidades e arbitrariedades contra os trabalhadores e suas organizações de produção, as UCPs/Cooperativas, e se restabeleça um clima de respeito pela legalidade constitucional, pelos direitos dos trabalhadores, pelos interesses da economia nacional.

O IX Congresso condena a política que visa a restauração dos latifúndios, o regresso ao passado de exploração, fome, e desemprego nos campos do Alentejo e Ribatejo, e reclama a rectificação das decisões arbitrárias, inconstitucionais e ilegais, que têm de considerar-se nulas, exigindo a restituição às UCPs/Cooperativas de terras, máquinas, gados e instalações que lhes foram ilegítimamente subtraídas, e o respeito pela sua viabilidade económica.

O IX Congresso afirma que o PCP continuará a luta pela modificação da Lei Barreto até à sua revogação total.

O IX Congresso do PCP exprime a sua confiança na luta heróica dos trabalhadores da Reforma Agrária, que, apoiada pela solidariedade activa de todos os trabalhadores e democratas portugueses, irá por diante até à completa abolição do latifúndio, conquistando um futuro radioso para a nova vida que floresceu nos campos do Alentejo e Ribatejo com a mais bela conquista de Abril!

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

● Sobre o Poder Local e as próximas eleições dos seus órgãos

1) Considerando que, desde o VIII Congresso, a frente de trabalho nas autarquias assumiu enorme e crescente importância.

2) Considerando que as próximas eleições para as autarquias assumem grande significado, não só pelas maiores possibilidades que poderão abrir de dar resposta às necessidades das populações, como pela influência que terão nas eleições posteriores para a Assembleia da República

Os delegados ao IX Congresso do PCP decidem:

1) Ratificar a política seguida pelo Partido, de unidade e cooperação nas autarquias com todos os homens e mulheres interessados na resolução dos problemas das populações; de luta pelo funcionamento democrático de todos os órgãos de poder local; de estímulo à constante participação cidadã das populações na resolução dos seus problemas; de dedicação sem limites ao povo trabalhador; de isenção e espírito de justiça em todas as decisões.

2) Prosseguir a luta pela aprovação e aplicação de legislação que reforce e consolide o poder local e pela defesa da legislação já aprovada, contra todas as tentativas de revisão que pretendam limitar a autonomia local, a participação directa dos cidadãos nos órgãos autárquicos ou o seu sistema de eleição.

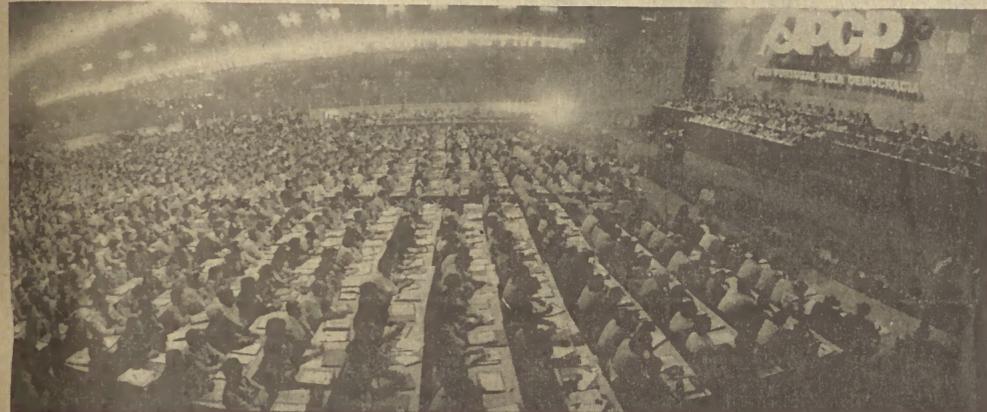
3) Exigir a realização de eleições para as autarquias dentro da normalidade democrática e da legalidade existentes, sem adiantamentos nem antecipações ou sobreposições e com plena garantia de igualdade de tratamento das candidaturas e do exercício das liberdades democráticas em todo o território nacional.

4) Apelar para o empenhamento de todo o Partido na tarefa imediata e urgente que é a formação de listas no quadro da APU para todos os órgãos municipais e para todas ou quase todas as Assembleias de Freguesia, consoante as possibilidades de cada região, tendo em conta, designadamente, que concorrer na maioria das freguesias onde se não concorreu em 1976 é de enorme importância quer para os resultados eleitorais, quer para reforçar as nossas posições nos órgãos de poder local, quer sobretudo pelas possibilidades de trabalho político e organizativo futuro que assim se abrirão nas freguesias e zonas onde os caciques reaccionários ainda dominam e impedem o povo de se libertar.

5) Definir como objectivos a alcançar pela APU nas próximas eleições: manter as actuais maiorias do Povo Unido; alcançar a maioria e, portanto, a Presidência, num número considerável de novas Câmaras; eleger vereadores na maioria das Câmaras onde não os temos; eleger membros da APU para quase todas as Assembleias Municipais do Continente e para um número considerável de Assembleias Municipais das Regiões Autónomas; manter as actuais e alcançar centenas de novas maiorias em Assembleias de Freguesia; eleger membros do Povo Unido para milhares de Assembleias de Freguesia.

6) Apelar para a mobilização de todo o Partido, quer dos militantes organizados pelo local de residência, quer dos militantes organizados pelo local de trabalho, como condição imprescindível para tornar possível infligir à reacção uma nova e séria derrota eleitoral, assegurar uma importante vitória das forças democráticas e garantir um grande reforço da votação e das posições da Aliança Povo Unido.

(Aprovada por unanimidade e aclamação)



O camarada Octávio quando abriu o IX Congresso do PCP

Os organismos do Congresso

A Mesa da Presidência do IX Congresso, aprovada por aclamação no início dos trabalhos da primeira sessão, era constituída pelos seguintes membros da Comissão Política e membros do Secretariado do Comité Central:

Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Fernando Bianqui Teixeira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Vitoriano, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues.

Constituíam igualmente a Mesa da Presidência, os seguintes membros do Comité Central:

Américo Leal, António Lopes, Artur Vidal Pinto, Carlos Pinhão, César Roussado, Francisco Lancinha, Francisco Miguel, Helder Madeira, Horácio Rufino, Ilídio Esteves, Joaquim Pires Jorge, José Carlos Almeida, José Casanova, José Pedro Soares, José Rita, Marília Cabral.

Faziam ainda parte da Mesa da Presidência, os camaradas: Álvaro António Reis Leite, operário electricista, membro do Secretariado da Célula da "Rabor" e da Comissão Concelhia de Ovar; António Carrasco Júnior, operário industrial, membro do Secretariado da Célula do "Arsenal", Almada; António João Horta, operário agrícola, membro da Comissão de Freguesia de Alvalade (Santiago do Cacém); António da Silva Mota, operário metalúrgico, funcionário do Partido, membro da Direcção da Organização Regional do Norte; António Rosa, operário agrícola,

membro da Célula da UCP "Alvorada na Aldeia" (Aldeia Nova de S. Bento — Serpa); Augusto da Silva Carreto, operário agrícola, funcionário da UJC e membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC; Carlos Fernandes Vaz, funcionário público, membro da Comissão Concelhia de Évora; Carlota da Conceição Cachó Martins, operária química, membro do Secretariado da Célula da "Dyrupe" e do Executivo da Comissão de Freguesia de Sacavém; Celino Rodrigues da Silva, empregado de seguros, membro da Comissão Concelhia de Évora; Custódio da Silva Ferreira, ferroviário, membro da Organização do Sector de Transportes (Lisboa); Emílio Coraço, operário metalúrgico, membro do Executivo do Organismo da Direcção da 7.ª Zona do Comité Local de Lisboa; Jacinto Correia, funcionário público, membro da Comissão da Ilha da Terceira; Joaquim António Miranda da Silva, economista, membro da Comissão Distrital de Portalegre; Joaquim Godinho Freire Borreico, operário da construção civil, membro do Secretariado da Célula da local de Sacavém; Freguesia de Queluz; José António Bombas Amador, pescador, membro da Organização Concelhia de Peniche; José Lourenço Carrasquinho, operário industrial, membro do Secretariado da Célula da "Portugal" (Setúbal); Laurinda Dias de Matos, agricultora, membro da Organização de Agricultores de Montemor-o-Velho; Lurdes Cunha,

empregada, funcionária do Partido, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve; Manuel Branco Paulino, pequeno agricultor, membro da Comissão de Freguesia da Brogueira (Torres Novas); Manuel da Silva, motorista, funcionário do Partido, membro da Célula do Centro de Trabalho do Comité Central; Manuel Rosendo Souto Teixeira, médico, membro do Executivo do Organismo da Direcção do Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa; Maria Eugénia Varela Gomes, estudante, membro do secretariado da Comissão Central da UEC; Maria Fernanda da Silva Freitas, operária conservadora, membro da Célula do Cachão (Mirandela); Maria Judite da Silva, bordadeira, membro da Comissão de Freguesia de Santa Maria Maior (Funchal); Maria Rosa Viseu, operária agrícola, membro da Comissão de Freguesia do Couço; Mariana de Marques Pinto, doméstica, membro da Comissão Concelhia de Oeiras; Mariana Grou Lamita, operária agrícola, membro da Comissão de Freguesia de Pias (Serpa); Nuno Souto Paiva, pequeno agricultor, de Chaves, membro da Comissão Distrital de Vila Real; Odete Garcia, operária industrial, membro do Secretariado da Célula da "Automática" (Seixal); Orlando Rocha Ferreira, reformado, membro do Organismo da Direcção da Amadora; Rui Paz, músico, funcionário do Partido, da Comissão para o trabalho entre os emigrantes.

Outros organismos do Congresso

Na abertura dos trabalhos, foram igualmente eleitos, por aclamação, os seguintes organismos do IX Congresso:

● Secretariado do Congresso

Álvaro Nunes, Aurélio Santos, Bianqui Teixeira, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Jaime Serra, José Casanova.

● Comissão de Redacção

Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, António Gervásio, Aurélio Santos, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Gorjão Duarte, Jorge Araújo, Margarida Tengarrinha, Veiga de Oliveira, Vítor Dias.

● Comissão de Verificação de Mandatos

António Gervásio, Joaquim Pires Jorge, Manuel Pedro, Maria Aida Nogueira.

● Comissão Eleitoral

Bianqui Teixeira, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Vitoriano, Sérgio Vilarigues.

BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES

De todo o país para o Barreiro

Entre quinta-feira e ontem, os transportes com destino ao Barreiro conheceram uma outra movimentação: milhares de militantes e simpatizantes do Partido, homens e mulheres de todas as idades, que logo pela manhã, bem cedo, atravessavam o Tejo, vinham de comboio ou de camioneta, dirigindo-se apressadamente para o Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, enchendo num ambiente de grande entusiasmo, os diversos meios de transporte que usaram para chegar ao Congresso.

Muitos vinham de Lisboa e dos arredores. Apanharam o barco no Terreiro do Paço e uma vez chegados ao Barreiro dirigiam-se para as camionetas (carreiras 7 e 8) ou para o comboio. Durante a travessia do Tejo (meia hora) encontravam-se amigos, trocavam-se saudações, falava-se da luta política, salientava-se a grande importância do IX Congresso, assinalado através de bandeiras rubras, cartazes, panos e outros dísticos afixados um pouco por toda o lado, a começar nas praias localizadas junto ao cais do Barreiro. Para quem vinha nos barcos era o primeiro contacto com o Congresso, eram uma autêntica saudação e desejo de boas vindas todas aquelas bandeiras vermelhas ali hasteadas.

1749 delegados com um apoio constante e eficaz

Os 1749 delegados do IX Congresso do PCP tiveram ao seu dispor um serviço de apoio que, ao longo destes quatro dias, mobilizou o trabalho de muitas dezenas de camaradas, desde as vésperas do início do Congresso até hoje.

Receber os delegados de todo o país à sua chegada ao Barreiro, ajudar cada um deles, na quinta-feira de manhã a encontrar o seu lugar entre os mil setecentos e quarenta e nove, fornecer-lhes os materiais do Congresso — tais foram algumas das tarefas rigorosamente executadas pelos camaradas dos serviços de apoio aos delegados.

Além, no exterior do pavilhão foi mesmo montado um «stand» exclusivamente destinado ao apoio aos delegados onde, constantemente, cerca de seis camaradas, por turnos de quatro horas, permaneciam, resolvendo os múltiplos problemas e, entre estes, a questão dos alojamentos.

Ofertas das delegações dos partidos irmãos

No decorrer dos três primeiros dias do Congresso muitas foram as ofertas feitas ao PCP pelos representantes das delegações dos partidos irmãos convidados que, na sala do Congresso, fizeram a sua saudação.

As ofertas relacionavam-se, na totalidade, com a luta dos povos e classes trabalhadoras ali representadas. Não eram ofertas espaventosas mas nem por isso tinham menos significado.

Em nome do Partido Comunista Português, as ofertas foram recebidas pelo secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal. Na sala, os militantes comunistas expressavam o seu agradecimento, com palmas e em muitos casos gritando o nome ou do país ou do partido irmão ali representado.

Algumas ofertas, no entanto, foram recebidas com alguma emoção, talvez por nos recordar a nós comunistas portugueses um passado de opressão fascista ainda recente que não desejamos se repita e ansiamos ver aniquilado para sempre.

Foi o caso da oferta feita pelo camarada Orlando Millas, membro do Bureau Político do partido Comunista do Chile, uma bandeira do seu partido bordada por mulheres comunistas chilenas que na clandestinidade continuam a luta contra o regime de terror de Pinochet não se esqueceram de enviar uma recordação a um partido irmão que lá longe, geograficamente, realiza o seu Congresso.

Impossível dizer como os delegados e convidados receberam esta oferta. Os aplausos não se ouviram. Mas o grito profundo de que «o Chile vencerá», tão forte, expressou bem a solidariedade dos trabalhadores portugueses com a luta do povo chileno.



O Barreiro em festa uma festa no Barreiro

Nos quatro dias do Congresso, o Barreiro esteve em festa, o Barreiro foi uma festa, o Barreiro organizou uma festa.

O Barreiro, bastião da classe operária e fortaleza da resistência antifascista, soube honrar as suas tradições e receber o IX Congresso do PCP, os seus milhares de delegados e convidados.

Centenas de bandeiras com a foice e o martelo, outras tantas bandeiras nacionais, dezenas e dezenas de dísticos e panos colocados de prédio a prédio (do de candeiro e candeiro, ou de árvore a árvore) saudando o Congresso, panos vermelhos pendurados das varandas e das janelas, engalanavam praticamente todas as ruas do Barreiro, trazendo para fora do recinto do Congresso a presença indiscutível do PCP no seio dos trabalhadores.

O acampamento funcionou em pleno

«Foi devido ao esforço abnegado de muitos camaradas e amigos que aqui trabalharam fins-de-semana e tardes, que se tornou possível a organização e o pleno funcionamento deste parque» — disse-nos, o camarada Lusitano Policarpo, do Barreiro, um dos responsáveis pelo acampamento instalado junto do Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal.

«Em relação a esta iniciativa» — disse-nos em seguida — «penso que se deve salientar em especial o seu aspecto prático ou seja, foi uma iniciativa que resolveu o problema do alojamento a muitos camaradas, não só durante o desenrolar do Congresso (3 noites) mas também no período em que aqui se trabalhou para a sua preparação e ainda após o Congresso, para os camaradas que aqui ficaram para o trabalho de desmontagem das diversas estruturas».

Também o camarada Caleiras foi um dos que participou activamente na organização do acampamento. Foi ele que nos disse:



O trabalho voluntário de centenas de camaradas

Os trabalhos do Congresso ainda não chegaram ao seu fim, mas pode-se dizer claramente, desde já, que a reunião do órgão supremo do Partido constituiu um grande êxito. E para que isto acontecesse foi necessário assegurar o pleno funcionamento do Congresso, ou seja, o funcionamento correcto de todos os sectores e estruturas organizadas para o efeito.

Na base do êxito do Congresso está, pois, o trabalho voluntário de largas centenas de camaradas. Nos principais sectores necessários à sua preparação e funcionamento, pode sublinhar-se, a título de exemplo, a participação no apoio aos serviços de imprensa, delegados e convidados (dactilografia, reprodução de documentos e sua distribuição) de mais de 300 camaradas, muitos dos quais militantes da UJC e da UEC.

No apoio às delegações estrangeiras estão mobilizados

A história e a luta dos comunistas numa exposição documental

Durante os intervalos do Congresso, na zona exterior ao Pavilhão, muitos foram os camaradas que se detiveram por alguns minutos em frente às dezenas de painéis que constituíam a exposição ali patente.

«Ao mesmo tempo que desentorpeçavam as pernas e apanhavam um pouco de ar fresco, os delegados e convidados que apreciaram o certo tiveram oportunidade de ver reproduções de importantes documentos, fotos e outros materiais. Em foco na exposição estava a luta dos comunistas em Portugal na perspectiva internacionalista, destacando-se, por exemplo, o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1848), o aparecimento dos primeiros partidos operários na Europa nos fins do século XIX, a Revolução de Outubro, a difusão dos princípios leninistas, o crescimento da classe operária em Portugal e a fundação do PCP em 1921.

Uma significativa parte do certame referia-se ao Portugal de Abril e à luta desenvolvida pelos comunistas no quadro do regime democrático, salientando-se nomeadamente a luta pela defesa e consolidação da democracia e das liberdades, das conquistas e transformações revolucionárias operadas na sociedade e da Constituição da República, lei fundamental do país, «plataforma de acção comum para todos os democratas e patriotas»; a luta pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária; e a luta pelo avanço do regime democrático na perspectiva do progresso social e do socialismo.

«O PCP», dizia um dos painéis, «que foi a força política que mais lutou e sofreu para que o fascismo fosse derrubado e a liberdade conquistada, desde a primeira hora deu o seu apoio ao profundo sentimento patriótico que guiou os heróicos capitães de Abril».

A tipografia do Congresso

O IX Congresso do PCP, para viver durante estes quatro dias, manteve em actividade vários organismos a trabalhar. Uma pequena tipografia e um laboratório fotográfico alimentaram constantemente o Congresso.

Várias dezenas de camaradas mantiveram esta editorial a funcionar em pleno, desde a composição à impressão, passando pela revisão e, quantas vezes, pela própria paginação.

Caminhos do Congresso

Chegar ao Pavilhão dos trabalhadores da Quimigal, passar os olhos pelo recinto fronteiro e, depois, entrar na sala do Congresso, era, na manhã de quinta-feira, prolongar e ampliar a memória da imagem retida pelos nossos olhos que viajaram pelos caminhos que levavam ao Barreiro.

Desde o limite do concelho do Barreiro e pela principal entrada em Coima, na confluência com a estrada nacional n.º 10, até ao início já na vila da Rua Dr. Manuel Pacheco Nobre e, depois, ao longo desta até ao recinto exterior do Congresso — 232 bandeiras vermelhas, verdes, laranjas e amarelas guiavam os passos dos milhares de pessoas que seguiam o caminho do IX Congresso do PCP.

Em cada curva da estrada, em cada largo das várias povoações, cinco, oito ou dez grandes bandeiras indicavam sempre que era aquele o caminho certo, o caminho para o Congresso do PCP.

Depois, ao longo da Manuel Pacheco Nobre, mais de meia centena de bandeiras do PCP,

Os trabalhos directamente e na íntegra na TV... mas em circuito interno

Os trabalhos do Congresso puderam ser totalmente acompanhados por todos aqueles que, embora presentes no recinto do Pavilhão, não puderam estar presentes na sala onde decorriam os trabalhos, em virtude de estarem empenhados em outras tarefas de apoio necessárias ao bom prosseguimento dos trabalhos, através de um circuito interno de televisão englobando 15 aparelhos receptores.

A filmagem deste e cabo de uma equipa de sete camaradas que, além disso, se encarregaram de gravar em vídeo-tape as partes mais significativas dos trabalhos do Congresso.



13600 refeições em 4 dias!

No Congresso, funcionam seis grandes restaurantes, destinados aos delegados, às representações estrangeiras e aos camaradas com tarefas (controlo, serviços técnicos, etc.).

As senhas para as refeições são vendidas na recepção aos delegados, (diariamente cerca de 400), havendo também camaradas responsáveis pela sua venda em todos os locais, nomeadamente na própria sala.

O preço de cada refeição é de 50\$00, sendo o «menu» igual em todos os restaurantes independentemente dos seus utensílios. Cada camarada teve direito a sopa, 1 prato, vinho (ou outra bebida), fruta e pão. Não podemos deixar de referir aqui a qualidade das refeições que têm estado a ser servidas: comida bem temperada, quente e, dentro dos condicionais, o mais variado possível.

«É um trabalho muito duro, que exige a participação activa de centenas de camaradas. É, também, um trabalho que nos deixa as cabeças arrasadas: é a manutenção, é o planeamento, os cálculos, as contas, as compras» — disse-nos o camarada Mário, um dos muitos camaradas que encontramos ontem ao balcão de um dos restaurantes do Congresso. Para se ter uma ideia mais completa do problema há que ter em conta que foram servidas sete refeições: almoço e jantar de quinta-feira, almoço e jantar de sexta-feira, almoço e jantar de sábado e ainda será servido o almoço de hoje. Excepto os jantares de quinta e sexta (800 refeições em cada) as outras apresentam números verdadeiramente impressionantes: 2400 de cada vez! Na totalidade, os seis grandes restaurantes instalados pelas organizações do Partido no Congresso servirão (contando com o almoço de hoje) cerca de 13 600 refeições.

Para que isto fosse possível deram o seu trabalho voluntário 800 camaradas, a maior parte dos quais do distrito de Setúbal, embora tenham colaborado militantes comunistas, homens, mulheres e também jovens de outras regiões.

Recorde-se que antes do Congresso, já tinham sido servidas refeições por estes restaurantes para os camaradas que participaram nos trabalhos preparatórios (instalação de estruturas).

Na zona reservada aos delegados há quatro bares onde se fornecem sandes, bifanas, bebidas, salgadinhos, etc. Na parte destinada aos convidados (em frente à entrada principal do Pavilhão), a Condição de Almada e outras organizações do Partido instalaram oito grandes bares, onde já se vendeu sardinha assada, entre outros petiscos.

A saudação ferroviária

Um, dois, três, apitos de cinco em cinco ou de dez em dez minutos, ao correr do dia, ao longo dos dias, mesmo em frente do Pavilhão onde decorreram os trabalhos — é a saudação ferroviária ao IX Congresso do PCP, os

O ritmo, a vida e a luta

Cada realização do Partido é, na sua expressão de participação de massas, simultaneamente, um acontecimento novo e surpreendente, um sucesso natural e esperado. E isto porque, das pequenas tarefas aos grandes empreendimentos, em todos eles se sente a enorme capacidade criativa dos comunistas portugueses, o seu corajoso pulsar ao ritmo do pensamento e este correr veloz respondendo à necessidade da acção.

O desenrolar dos trabalhos do IX Congresso do PCP confirmou e recriou estes aspectos: foi a vasta sala do Congresso foi ao mesmo tempo igual e diferente das anteriores salas, comprovou a identidade dos ritmos anteriores de entusiasmo e trabalho e mostrou aspectos novos e emocionantes

195 jornalistas presentes 70 órgãos de Comunicação

A atestar a importância que os trabalhos do IX Congresso do PCP suscitaram entre os meios de comunicação social, nacionais e estrangeiros, refira-se a presença de 195 jornalistas da comunicação social, representando 70 dos mais diversos órgãos de comunicação portugueses e estrangeiros.

Estiveram representados nos trabalhos do Congresso sete jornais diários portugueses (a ausência dos jornais reaccionários «O Dia», «Jornal Novo» e «Correio da Manhã» não espantou ninguém...); um semanário, seis jornais regionais e sindicais, além do órgão da CGTP; as agências noticiosas estrangeiras «Associated Press», «UPI», «Ansa», «Pyresa», «DPA», «France-Press», «Efe» e «Reuter», além da «Anop». Presente, igualmente, a RTP-1, a RTP-2, a Rádio Renascença e a RDP.

A representação dos países socialistas, quer através dos órgãos centrais dos partidos irmãos, quer através de outros meios de comunicação, foi destacada: estiveram entre nós a seguir os trabalhos do Congresso representantes do «Pravda» (PCUS), «Neues Deutschland» (PSUA), «Nepszabadsag» (POSH), «Rude Pravo» (PC da Checoslováquia), «Trybuna Ludu» (POUP), «Pravda» (PC da Eslováquia), bem como o representante da «Izvestia» (URSS). Esteve igualmente entre nós representantes do «Unsere Zeit», órgão central do Partido Comunista Alemão, e do «Daily World», órgão do PC dos Estados Unidos da América.

Entretanto, foi igualmente elevada a representação das agências noticiosas dos países socialistas, bem como das respectivas televisões e estações de rádio. Neste capítulo registou-se a presença da «TASS» e «Novosti» (URSS), MTI (Hungria), «Prensa Latina» (Cuba), «Tanjug» (Jugoslávia), PAP (Polónia), «ADN» (RDA), «CTK» (Checoslováquia), além da Rádio da RDA, da TV da RDA, da «Magyar Televisio» da Hungria, da TV da URSS, da TV da Checoslováquia e da TV de Belgrado.

Grandes órgãos de informação estrangeiros, como «Le Monde», «Le Matin», «Financial Times», «The Guardian», «Estado de S Paulo», «Tribune de Genève» e «Soir de Brussels» estiveram igualmente representados no nosso Congresso.



O Serviço de Saúde do Congresso

No decorrer dos trabalhos do Congresso funciona um Serviço de Saúde, bem aparelhado, que conta com a presença permanente de quatro médicos e quatro enfermeiros, em dois turnos: das 8 às 16 e das 16 às 24 horas.

Do mesmo serviço faz parte uma ambulância com dois bombeiros, também em permanência.

Os Bombeiros Voluntários do Barreiro fizeram deslocar para o local do Congresso um autotanque.

Pão repartido chega para todos

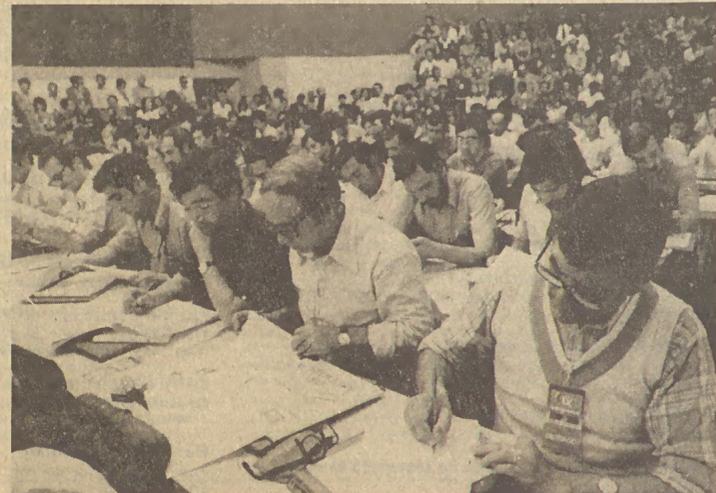
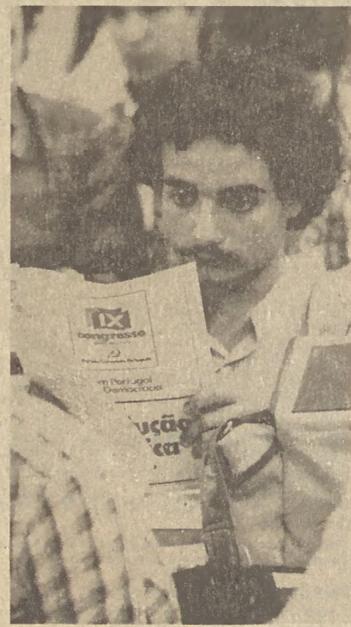
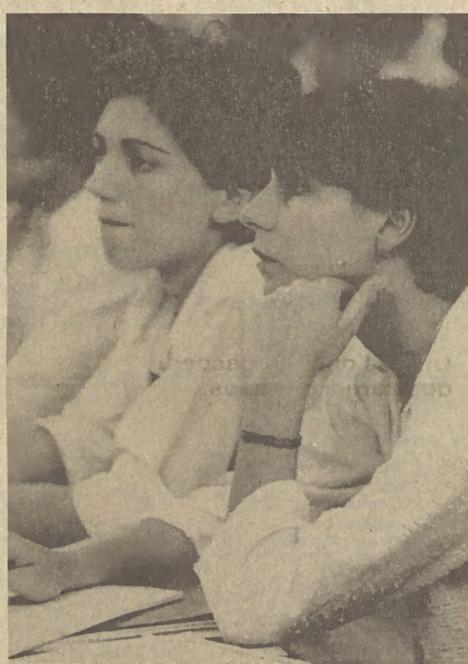
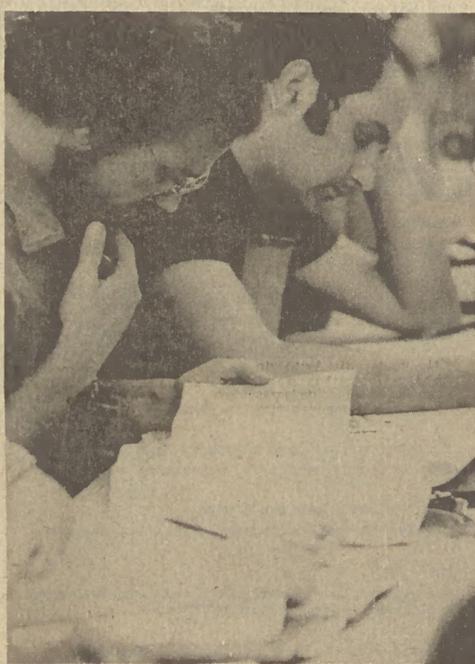
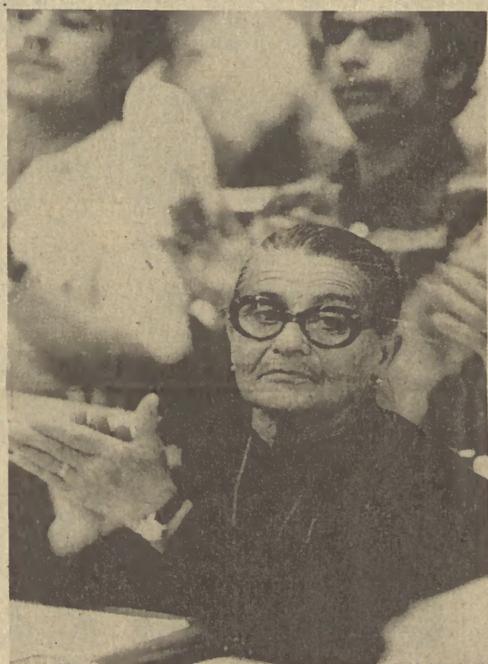
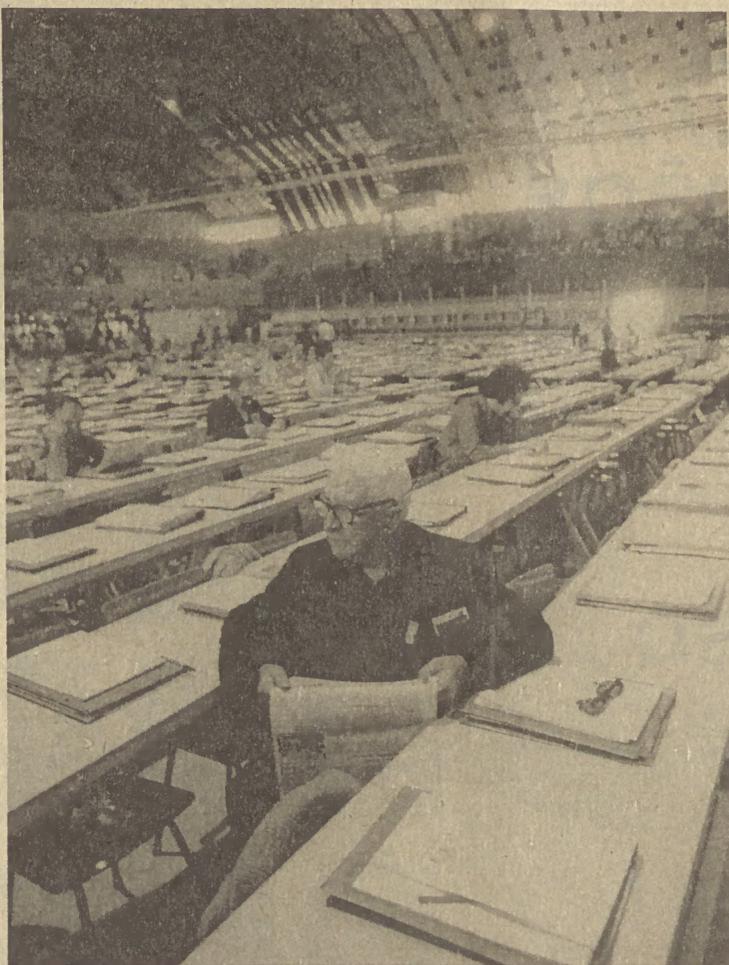
Quatro dias de Congresso, quatro dias de convívio fraterno entre milhares de militantes comunistas. Quatro dias na vida de um grande colectivo que é o PCP.

Quatro dias que foram também dezenas de horas em que na zona limitada pelo Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal e pelos espaços exteriores, milhares de comunistas, homens, mulheres e jovens, estiveram em estreito contacto, vivendo em comum o decorrer do IX Congresso. Ao longo destas dezenas de horas muitos «episódios», muitas situações caracterizadas pelo próprio estilo de acção e convívio dos comunistas se sucederam.

A amizade, o abraço, a ajuda, o sorriso, o «não faz mal» como resposta àquela «pizadela» no pé que até tinha um calo dos grandes, o «vamos a chegar para aqui, que ainda cabemos todos», quando alguns camaradas convidados ficavam de fora das bancadas...

Enfim, aquele ambiente de amizade fraternal, de sa camaradagem e de educação cívica, que são sempre notas salientes nas grandes iniciativas do Partido Comunista Português.

Mas, como dizíamos, muitos «episódios» demonstrativos da qual o ambiente se sucederam no decorrer da grande maratona que foi o Congresso no Barreiro.



As delegações de partidos irmãos e de amigos que estiveram no IX Congresso

Partido Popular Democrático do Afeganistão

G. Salzarzal, membro do C. Regional.

Partido Socialista Unificado da Alemanha

Werner Felle, membro do Bureau Político, 1.º Secretário da Direção Distrital de Halle; Herbert Häber, membro do CC e Chefe de Secção do CC; Heinz Lehmann, Chefe do Sector no Departamento de Relações Internacionais; Karl-Heinz Ehlers, membro do Departamento de Relações Internacionais do CC.

Partido Comunista Alemão

Herbert Mies, Presidente do DKP; Kurt Schacht, membro do Presidium e do Secretariado do CC.

MPLA - Partido do Trabalho

António dos Santos França (Ndalu), membro do Bureau Político e Comandante das Forças Blindadas das FAPLA; Ilídio Machado, membro do CC, secretário do CC para a Administração e Finanças e Controlador Financeiro do Estado; Mendes de Carvalho, membro suplente do CC, secretário do Departamento do CC para Autarquias Locais, comissário Provincial de Luanda; Adriano Sebastião, embaixador da RPA em Lisboa.

Partido Comunista da Áustria

Franz Hager, membro da Comissão Política do CC.

Partido Comunista da Argentina

Júlio Laborde, membro do CC.

Partido Comunista da Bélgica

Albert de Coninck, secretário nacional e responsável do Departamento de Relações Internacionais.

Partido Socialista Unificado de Berlim Oeste

Inge Koop, vice-presidente do PSUB-O.

Partido Comunista Brasileiro

José Neves, do Comité Executivo do CC.

Partido Comunista Búlgaro

Pancho Kubadinly, membro do Bureau Político do CC e Presidente do Conselho Nacional da Frente da Pátria; Bolan Mikailov, colaborador do Departamento Internacional do CC; Ivan Marinov.

Partido Comunista da Checoslováquia

Antonín Kapek, membro do Presidium e Secretário do CC; Jan Janík, membro do Presidium, secretário do CC do Partido Comunista da Eslováquia; Stureiter, membro da Secção Internacional do CC.

Partido Comunista do Chile

Oriando Millas, membro do Bureau Político do CC.

Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL)

Andreas Kannaouros, membro do CC.

Partido Congolês do Trabalho

Batheas Mollomb, chefe de divisão de Assuntos Políticos do Departamento de Relações Exteriores; Abourabassi Germain, Chefe de Secção do Partido.

Partido do Trabalho da Coreia

Kim Guk Hun, membro do CC; Kang Sok Zu, Chefe da Secção Internacional do CC; Bek Mun Song, colaborador do CC.

Partido Comunista de Cuba

Bias Roca, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC; Julio Balhesta, da Secção Internacional do CC.

Partido Comunista da Dinamarca

Villy Fugzeang, membro do Bureau Político do CC.

Partido Comunista de Espanha

Santiago Alvarez, membro da Comissão Política do CC; Francisco Trives, membro do CC e responsável da organização da Catalunha.

Governo Militar Administrativo Provisório da Etiópia Socialista

Tesfaye Makonen, membro do Bureau Provisório do Bureau Político; Salomon Mulugeta, membro do Bureau Provisório do Bureau Político.

Partido Comunista da Finlândia

Arvo Kempainen, membro do CC e deputado; Kanerva Cedersthöm, colaboradora da Secção Internacional.

Partido Comunista Francês

Francette Lazard, membro do Bureau Político do CC; Roger Trugnen, membro da Secção de política Exterior do CC.

Partido Comunista da Grã-Bretanha

Jack Woddis, membro da Comissão Política do CC, responsável da Secção Internacional.

Partido Comunista da Grécia

Stratis Tsambis, membro do Bureau Político do CC.

PAIGC

Áfonso Gomes, membro do Conselho Superior de Luta do PAIGC, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde.

Partido Comunista da Holanda

Marcus Bakker, membro da Comissão Política do CC e Presidente do Grupo Parlamentar.

Partido Socialista Operário Húngaro

Jenő Fock, membro da Comissão Política; György Sikula, 1.º secretário da Comissão do Distrito de Hajdu-Bihar.

Partido Socialista Iemenita

Abdul Wakil Al-Saroori, membro do CC.

Frente Nacional Democrática do Iemen do Norte

Abdulla Seeed, membro do CC.

Partido Comunista da Índia

Sarada Mitra, membro do Conselho Nacional e representante do PCI na Revista Internacional.

Partido Tudeh do Irão (ou Partido do Povo do Irão)

A. Koavari, membro do CC e editor do órgão central do Partido.

Partido Comunista Iraquiano

Ara Khachador Voskánian, membro do CC.

Partido Comunista da Irlanda

Thomas O'Jlaherty, membro do Comité Executivo Nacional.

Partido Comunista de Israel

Tamar Gozansky, membro do CC.

Partido Comunista Italiano

Pietro Conti, membro do Bureau Político do CC; Fábio Mussi, membro do CC.

Partido Comunista do Japão

Chôju Ugal, membro do CC e representante do PCJ na Revista Internacional.

Partido Comunista da Jordânia

Naaim El Aschab, membro do Bureau Político e representante na Revista Internacional.

Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Milan Daljevic, Secretário Executivo do Presidium do Comité Central; Radovan Medjedovic, membro da Presidência do Comité Regional de Vojvodina; Ljubo Palogoric, conselheiro da Presidência do CC.

Partido Comunista Libanês

Georges Batal, membro do Bureau Político, responsável Internacional.

Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos)

Simon Levy, secretário do CC e membro do Bureau Político.

Partido Comunista do México

Rodolfo Echeverria Martinez, membro da Comissão Executiva.

FRELIMO

Armando Panguene, membro do CC e embaixador da RPM em Lisboa; José Correia Ganâncio, membro do CC.

Partido Popular Revolucionário da Mongólia

T. Gotov, membro do CC, secretário do Presidium do Grande Kural, (Parlamento); Ossoryn Erdene, funcionário do Departamento de Relações Exteriores do CC do Partido.

Partido Comunista da Noruega

Alf Ingum, membro do Bureau Político do CC e do Secretariado do CC para a Educação e Informação.

Organização de Libertação da Palestina (OLP)

Abumelsar, membro do Conselho Nacional da OLP; Ahmad Sadek.

Partido do Povo do Panamá

Anastácio Rodrigues, membro do Bureau Político do CC.

Partido Comunista Peruano

Manuel Miguel de Priego Chacón, membro do CC, director do «Unidad», órgão central do PCP.

Partido Operário Unificado Polaco

Józef Pinkowski, Secretário do CC; Krzysztof Ostrowski, chefe adjunto da Secção Internacional do CC.

Partido Comunista Romano

Virgil Cazacu, membro do Comité Político Executivo e Secretário do CC; Iosif Sasz, Primeiro Secretário do PCR no Distrito de Harghita; Ion Dan Stefan, funcionário da Secção de Relações Internacionais do CC.

Partido Comunista Sírio

Youssef Fessar, Secretário-geral adjunto.

Partido Baas Árabe Socialista (Síria)

Fadel Al Ansari, membro da Direcção Nacional e Responsável do Departamento de Propaganda, Informação e Publicações.

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)

Francisco Fortunato Pires, membro do Conselho Coordenador e Secretário Administrativo.

Partido Comunista do Sudão

Ammed Salim, colaborador do CC, representante na Revista Internacional.

Partido Suíço do Trabalho

André Rauber, membro do CC e redactor da «Voix Ouvrière».

Partido Comunista da União Soviética (PCUS)

Eduardo A. Chevardenaze, membro suplente do Bureau Político do CC; Ivan G. Grintsov, membro suplente do CC; Vadim V. Zagladine, membro suplente do CC.

Partido Comunista do Urugual

Rodney Arismendi, secretário-geral.

Partido Comunista do Vietnam

Tran Huu Due, membro do CC e Procurador Geral da República; Mai Xuan Canh, membro do Departamento de Relações Internacionais do CC.

ZANU (Frente Patriótica do Zimbabué)

Frederick Shava, responsável da Frente Patriótica (pela ZANU) em Londres.

Revista Internacional

Pavel Auskberg, membro do CC do Partido Comunista da Checoslováquia.

UMA GRANDE



URSS

Vietnam

Moçambique



RDA

Angola

Bulgária



Hungria

Checoslováquia

Itália



Polónia

Cuba

Roménia



Chile

França

Mongólia



Uruguai

Etiópia

Jugoslávia



RFA

Coreia

Afeganistão



Iraque

Grécia

Guiné-Bissau



Yémene

S. Tomé e Príncipe

Índia



Palestina

Síria

Congo



Irão

São quase trezentas páginas onde vivem, firmes e calorosos, sentimentos e certezas dos que se batem por uma Humanidade livre, próspera e feliz. São trezentas páginas de confiança e fraternidade, de calor humano e determinação revolucionária — são as trezentas páginas que contém as saudações dirigidas ao IX Congresso do Partido Comunista Português pelos partidos irmãos e organizações políticas amigas que nele estiveram presentes.

Só o livro que brevemente será editado contendo todos os materiais do IX Congresso poderá dar uma ideia completa do que foi a presença internacionalista no Barreiro durante estes quatro dias. Uma ideia completa a que faltará, contudo, um aspecto que se sentiu e viveu no pavilhão da Quimigal e nos comícios realizados na sexta-feira: o calor e o entusiasmo que rodearam as palavras dos nossos convidados, os abraços fraternos que, sob verdadeiras tempestades de aplausos, selaram solidariedades destruídas na luta comum.

A presença de 58 delegações de partidos irmãos e organizações amigas no nosso Congresso e as palavras que a ele dirigiram constituem uma realidade política de extraordinária importância e significado que é necessário sublinhar e reter.

A força invencível do internacionalismo

Quem escutou as palavras das dezenas de dirigentes vindos de todos os continentes do mundo, de homens e mulheres que nos seus países tomam a vanguarda dos seus povos, encontrou em todas elas traços comuns. Reflectindo realidades diferentes, provenientes de terras profundamente diversificadas, perfilhando pontos de vista próprios, as mensagens escutadas afirmaram claramente que a solidariedade internacional é uma força decisiva para a luta de todos os povos.

A vontade de defesa da paz, a perspectiva do socialismo presente já pelas vitórias obtidas e delineada claramente como objectivo no presente de luta surgem cimentadas na consciência de que o imperialismo é o inimigo comum dos povos, que contra os esforços para conservar o domínio do capital constantemente alastrará e transformará lutas em vitórias e estas em futuros felizes e pacíficos.

A fraternidade é uma palavra do vocabulário do homem novo, nascido em pátrias já libertadas da exploração do homem pelo homem mas também lá onde as mãos sucessivamente destroem essa exploração. A fraternidade que une os proletários de todos os países, a solidariedade que alceira a luta dos povos de todo o mundo, a força internacionalista contida em cada momento da acção quotidiana das forças do progresso e da paz ecoaram bem alto na sala do Congresso.

Mais uma vez, e cada vez mais, a tribuna internacionalista do Congresso do PCP foi a prova de que o internacionalismo proletário é não só uma realidade bem viva como uma força determinante e invencível no movimento dos povos rumo ao futuro.

É invencível a força do internacionalismo porque se alimenta no que há de mais profundo no sentimento colectivo dos povos e também porque responde ao que de inumano tem a exploração capitalista e a dominação imperialista — a violência, o individualismo, o anti-homem.

O alargamento do campo das forças do progresso

Dia a dia são mais numerosas e mais fortes as forças que, em todo o mundo, se batem pelo progresso; dia a dia se alcançam e consolidam as vitórias dos povos em luta contra o imperialismo. O número de todos aqueles que, nas mais diferentes partidas do mundo, se batem pelos ideais da paz e do bem-estar dos povos não cessa de aumentar.

O nosso Congresso conheceu e viveu bem de perto essa realidade indesmentível, esse movimento imparável. Em todas as grandes frentes da batalha que opõe as forças do progresso ao imperialismo diariamente se alcançam novos e significativos êxitos, que a generalidade das delegações de partidos irmãos

e organizações políticas amigas não deixaram de sublinhar na tribuna do Congresso e os comunistas portugueses sublinharam com o seu entusiasmo internacionalista.

A própria presença de várias delegações não é mais prova que a confirmação dessa situação crescente e cada vez mais favorável ao futuro.

O campo socialista, cresceu e reforça-se; tem militado ao lado do povo português e dos povos que se vão libertando do jugo opressor do capitalismo e do imperialismo. Luta do colonialismo e do neocolonialismo, do racismo e da consolidação da *apartheid*, bem como os polacos e as forças que lutam para libertar essa libertação surta brevemente no horizonte das suas pátrias.

As vitórias alcançadas

Na tribuna do Congresso falaram representantes de heróicos partidos irmãos que, ao longo dos anos e da Grande Revolução Socialista de Outubro, foram tornando reais nos seus países os princípios sempre vivos do marxismo-leninismo.

E, ao mesmo tempo, essas vitórias foram lembradas e divulgadas. E foram suas portas-vozes deixaram de recordar vitórias que é necessário alcançar noutros pontos do mundo, garantindo o apoio solidário de quem à prática, verdadeiramente internacionalista, também se tornou.

É assim com o glorioso Partido de Lénine e a vanguarda que dirige o trabalho dos povos da União Soviética na construção do Comunismo. Mas o Partido Comunista da União Soviética, herdeiro da luta operária, soldado, patriota e camponeses que, em 1917, forjaram o primeiro Estado socialista da História da Humanidade, coloca-se igualmente na vanguarda da solidariedade internacionalista, apoiando os povos de todo o mundo na luta contra o passado e construindo mobilidade a dia êxitos na edificação de uma sociedade comunista.

É assim com o Partido Socialista Unificado da Alemanha, a fronteira do novo mundo, as portas da Europa dos monopólios, não vergando perante as provocações diplomáticas dirigidas contra o bastião do socialismo edificadas sobre a luta heróica do combativo proletariado alemão.

É assim na República Socialista do Vietnam, o heróico Partido Comunista de Ho Chi Min lidera o povo na construção socialista e defende a independência perante a criminosa agressão dos dirigentes chineses. Também depois de uma luta histórica e vitoriosa, primeiro contra o colonialismo francês e depois contra o imperialismo americano.

Nas secções do Partido Comunista de Cuba, que construiu o direito do povo cubano a uma liberdade; é assim na República do Partido Comunista da Checoslováquia, Partido do Partido Unificado Operário Polaco, com o Partido Socialista Operário da Hungria, com o Partido Comunista Búlgaro e também com o Partido Comunista Romeno e cada vez a Liga dos Comunistas da Jugoslávia — vanguarda dos povos que edificam na Europa sociedades novas e progressivas.

Esta realidade é muito mais evidente nos países europeus, em concreto, com o que se passa na Europa dos monopólios e da miséria a nível mundial.

É, enfim, assim no Partido Operário Unificado da República da Coreia, baluarte dos povos que edificam na Europa sociedades novas e progressivas. É também assim no Partido Revolucionário da Mongólia, e com o Partido Trabalhador da Coreia, baluarte dos povos que edificam na Europa sociedades novas e progressivas. É também assim no Partido Revolucionário da Mongólia, e com o Partido Trabalhador da Coreia, baluarte dos povos que edificam na Europa sociedades novas e progressivas. É também assim no Partido Revolucionário da Mongólia, e com o Partido Trabalhador da Coreia, baluarte dos povos que edificam na Europa sociedades novas e progressivas.

Um nova realidade no continente africano

Os comícios de amizade



Em Grândola



No Selxal



Em Linda-a-Pastora



Em Évora



Em Alhandra



Na Cova da Piedade



No Selxal



Em Benavente

ENTREVISTAS

"Camarada Delegado:

- 1 - Como se processou na tua zona ou sector o trabalho de preparação para o IX Congresso?
2 - Qual a tua opinião sobre o Relatório de Actividade do Comité Central do IX Congresso?
3 - Das intervenções verificadas até ao momento, qual te sensibilizou mais?
4 - O camarada Álvaro Cunhal salientou que actualmente no PCP existem 160 000 militantes. Este aumento verifica-se também na tua região ou sector?
5 - Ainda no Relatório de Actividades do CC, o camarada Álvaro Cunhal focou algumas debilidades do trabalho de organização nomeadamente em relação às mulheres atingido por critérios subjectivos, incompreensões e falta de promoção de quadros femininos e em relação à pouca representatividade de quadros operários em algumas direcções de Organizações Regionais. Se estas debilidades se verificam no vosso sector como pensam superá-las?
6 - Como pensam na vossa organização levar à prática as decisões do Congresso?

Conceição Pereira Carlos, membro da Comissão Concelhia de Alpiarça e da Organização Regional de Santarém:

- 1 - Para o trabalho de preparação do Congresso, a Organização do Partido a nível de Santarém foi dividida por dez reuniões, em algumas das quais participaram diversos sectores. Foram discutidas as teses e eleitos os delegados e convidados. Realizaram-se depois reuniões só de delegados e reuniões só de convidados. Em ambos os casos foram organizados os transportes para o Congresso.
2 - No Relatório de Actividade do CC que mereceu o nosso total acordo foi focado um problema que tem de despertar a atenção do Partido: é o de numerosos novos membros inscritos que ainda não dispõem de cartão e aos quais não estão distribuídas tarefas. Têm de se tomar medidas urgentes para resolver esta questão.
3 - A intervenção que mais me impressionou porque reflecte dificuldades muito reais do nosso trabalho foi a da camarada da Plessey Automática que chamou a atenção do Partido para os problemas da organização e mobilização das mulheres.

4 - O aumento de efectivos do Partido tem-se verificado de forma bastante satisfatória. A nível de mulheres o recrutamento tem sido mesmo muito bom. Na Campanha das Conquistas de Abril, mais de 50 por cento dos novos militantes são mulheres e em Alpiarça fundamentalmente domésticas.
5 - Das deficiências focadas pelo camarada Álvaro Cunhal, a que mais importa para a nossa zona diz respeito à organização e luta das mulheres. A nível concelhio temos uma boa proporção de mulheres organizadas no Partido. Basta dizer que em Alpiarça, entre 1446 militantes, cerca de 550 são mulheres e há condições para aumentar rapidamente. Mas a nível de responsabilidades não há uma real promoção de quadros femininos. Na Comissão Concelhia de Alpiarça, há 22 quadros dos quais 3 são mulheres. Na Direcção da Organização Concelhia de Santarém há uma única mulher, o mesmo sucedendo na Organização Regional de Santarém.

Quais as razões desta situação? As mulheres não faltam ao cumprimento das suas tarefas, fazem um grande esforço para não falharem. O que impede a distribuição de tarefas de maior responsabilidade às mulheres é ainda a sua falta de liberdade.

Preconceitos vários muito profundos na população e ainda mais nos maridos, mesmo em alguns que são camaradas responsáveis do Partido, impedem a mulher de participar nas reuniões à noite porque teria de ir sózinha para casa, mesmo que a casa seja a dois passos. Os camaradas quando discutem esse problema estão de acordo em combater estes preconceitos... desde que se não trate das mulheres deles. De uma maneira geral, mesmo os camaradas responsáveis não ajudam as companheiras. Cá fora dizem: "Ela se não participa é porque não quer" mas em casa sobrecarregam-na com trabalho para impedir esta mesma participação que levaria a mulher a ir a reuniões nocturnas por vezes, ou mesmo a ir a reuniões onde naturalmente não haverá só mulheres. Isto verifica-se não por falta de confiança nas suas companheiras mas pelo temor do "parece mal" pelos pesados preconceitos que existem. Nós próprias temos de ultrapassar as nossas dificuldades e fazer ver aos nossos companheiros que se a revolução não se fizer com homens e mulheres nas mesmas frentes, no mesmo combate, só com homens é que se não faz.

6 - A Comissão Concelhia irá analisar as decisões e estudará as melhores formas para levar à prática na região as conclusões do Congresso. Este trabalho trará novos incentivos à luta na Organização Regional de Santarém.

Joaquim Almeida Silva, membro da Organização para o trabalho sindical do distrito de Aveiro:

- 1 - Nas propostas de alteração às teses foram consideradas muitas questões, não de fundo mas de pormenor, nomeadamente no que respeita ao sector sindical, como não podia deixar de ser.
2 - Penso que foi um relatório extremamente completo pela análise que faz desde o último Congresso até este. As questões

que levanta quanto à evolução dos diferentes campos da vida política portuguesa. É um documento a ser bem lido por todos os militantes e simpatizantes. Ajuda a compreender as diferentes situações que se colocam e aponta os caminhos a seguir. Importante para o trabalho diário nas várias frentes.
3 - Gostei de todas as intervenções dos delegados ao Congresso, porque referiram a evolução do Partido nas diferentes regiões e as dificuldades com que lutam ou que ultrapassaram. Em muitos casos é uma lição para outros saberem como devem conduzir a luta. Para além das intervenções sobre a Reforma Agrária que me sensibilizam bastante, gostei das intervenções dos camaradas de Setúbal e do Barreiro, pelo dinamismo que representam, embora a situação aqui seja diferente. De qualquer maneira dá-nos alento para continuarmos a luta no Norte. Gostei também das saudações proferidas pelos representantes dos partidos irmãos da Fretilim e do MPLA e ainda do camarada do Vietname. E assinalai duas questões importantes nos discursos: a defesa do marxismo-leninismo e a necessidade de cooperação entre todos os partidos, embora com o respeito mútuo que é devido.

4 - A ideia que tenho é que tem aumentado substancialmente o número de militantes, como se tem reforçado o número de simpatizantes. Isto verifica-se muito especialmente no campo sindical.
5 - No nosso distrito há muito a fazer no campo da mobilização da mulher, embora sejam variados os problemas que se colocam neste caso, como sejam os afazeres domésticos e até as opiniões desfavoráveis de outras mulheres quando vêem alguma delas tomar um papel mais activo. Mas começam a aparecer.

6 - Quanto a mim a tese número 7 é a mola impulsora. É necessário que as organizações funcionem regularmente apontando uma perspectiva em termos mais qualitativos. Criar incentivos de participação nos quadros. Fomentar a responsabilidade individual e que as reuniões não sejam só para se tomar apontamentos. Penso que isto é importante até para a formação dos quadros. É necessário o estudo mais aprofundado das teses em termos colectivos e que possibilite as formas práticas de avançar naquilo que é possível. Quanto a mim, o estudo da tese número 7 é muito importante. Se for analisada e estudada com afinco pode ser muito valiosa para levar à prática as conclusões do Congresso.

Amadeu dos Santos Rodrigues, operário metalúrgico, reformado:

Na freguesia de Alcântara, onde habito, houve várias reuniões e muitas foram as propostas de alteração às teses. No entanto, penso que estas poderiam ter sido enriquecidas no que diz respeito aos reformados, mas havia muito a fazer.

2 - Multíssimo correcto. Um dos pontos principais é ser muito destacado o internacionalismo. Isto é uma das linhas que não devemos abandonar e quando assim tratada estamos no bom caminho. Além disso é mostrado mais uma vez, inclusive aos nossos adversários, a coerência que o Partido tem ao apresentar o bom e mau, ou seja, apresentar as deficiências que existem e existirem e a maneira de como as colmatar, que será um trabalho todo nosso.

3 - Politicamente, a intervenção do MPLA foi muito boa. No que ela continha era como se estivéssemos a ver tudo o que se tinha passado. A intervenção da Fretilim foi também muito boa. E com contentamento que vejo que enveredaram pelo verdadeiro caminho do internacionalismo.

5 - Justamente, nos reformados, o que se verifica é uma maior participação das mulheres e de que maneira em alguns sítios.

Florbela Pires, membro da Direcção da Organização da Função Pública. Trabalha num ministério.

- 1 - Fizemos muitas reuniões de célula até ao plenário do ministério. Finalmente realizámos uma assembleia conjunta com a CML e na qual foram eleitos os delegados - 16 pela Função Pública e 2 pela Câmara de Lisboa. As propostas de alteração apresentadas, que foram numerosas, incidiram principalmente sobre os pontos referentes à Função Pública, onde as teses vinham incompletas ou mesmo com alguns erros.
3 - Sensibilizou-me bastante a intervenção do delegado do Vietname, pois que tem problemas graves. Nas intervenções dos delegados gostei da camarada que falou da venda do "Avante!" e também da camarada que focou o problema da discriminação da mulher. Ouvi-a com bastante atenção até porque é um problema que temos na Função Pública, onde somos muitas mulheres.
4 - Sim, aumentámos bastante na Campanha Promoção Conquistas de Abril. Houve sectores que aumentaram 50 por cento. Mas continuamos a recrutar camaradas e este é um problema que vamos de a agarrar. Tentamos estabelecer metas.
5 - No nosso caso não é bem isso que sucede. Não é bem uma não promoção dos quadros femininos. Há é dificuldade em aumentar os quadros femininos.
6 - Para que qualquer resolução seja levada à prática a primeira coisa a fazer, para além de não se descurar o recrutamento, é organizar os camaradas que temos no Partido. Uma coisa que me preocupa muito é o facto de haver militantes que não estão organizados, não vão a reuniões, não pagam quotas, etc. De uma melhor organização melhor seriam concretizadas as tarefas, as directivas, quaisquer que elas sejam.

Agostinho Câmara do Rosário, 30 anos, operário de máquinas em Ponta do Sol, um dos concelhos do Norte na ilha da Madeira, DORAM:

- 1 - Na preparação do Congresso distribuímos mais de 1300 Projectos de teses para discussão, realizámos 50 reuniões e 4 grandes assembleias para eleição de delegados, assembleias estas abrangendo quatro grandes zonas: Machico (englobando Santa Cruz e Santana); Funchal e Câmara de Lobos; Ponta do Sol e outros concelhos do Norte e Porto Santo. Participaram conosco, cerca de uma centena de amigos, simpatizantes e outros democratas que apresentaram diversas propostas de alteração ao Projecto de Teses, muitas das quais foram acolhidas. As maiores dificuldades no trabalho de preparação verificaram-se nos concelhos do Norte onde reina ainda um grande caciquismo que mantém as populações no terror e no obscurantismo. No Funchal, pelo contrário, o trabalho foi muito positivo. No total a DORAM trouxe ao Congresso, uma delegação de 40 pessoas compreendendo delegados e convidados.
2 - Ainda não tive tempo para ler atentamente o Relatório de Actividades do CC apresentado ao Congresso. Mereceu-me particular atenção o anúncio de aumento de membros do Comité Central porque contribuirá para uma maior coordenação e divisão de tarefas, o que tem uma grande importância para o desenvolvimento do trabalho partidário nomeadamente nos Açores e na Madeira.
3 - Quanto às intervenções, as que se referem às ilhas, foram acolhidas de uma forma particularmente calorosa, o que revela a profunda consciência que todos os camaradas têm das dificuldades do nosso trabalho nas Regiões Autónomas, o que constitui mais um estímulo para o Partido avançar nomeadamente no trabalho de recrutamento.
4 - O aumento de militantes na Organização da Madeira tem sido muito grande. Em alguns casos, o seu volume é tal que não conseguimos corresponder organicamente. A nível de sectores, os maiores avanços verificam-se nas camadas intermédias, nos empregados. Quanto a zonas, os maiores êxitos no Funchal e em Câmara de Lobos. As grandes dificuldades que temos de vencer são nos concelhos do Norte. Temos de aí trabalhar na perspectiva apontada pelo camarada Álvaro Cunhal: a influência do nosso Partido a muitos outros concelhos. É há concelho onde temos menos de dez militantes. A nível geral relativamente ao último Congresso, o número de militantes aumentou 30%, o que nas circunstâncias em que se desenvolve o trabalho é satisfatório tanto mais que há perspectivas de maior recrutamento com possibilidade de o orientar e de o aprofundar em determinados campos.
5 - Nas deficiências salientadas pelo camarada Álvaro Cunhal merece-nos particular atenção o problema da mobilização e organização das mulheres que se faz sentir muito na DORAM. Na Região Autónoma da Madeira a mulher é ainda tremendamente explorada e massacrada por obscurantismo que o Governo PPD alimenta a toda a força. O estilo é «mulher em casa e daí não sai; mulher quanto mais analfabeta sob todos os aspectos, melhor». A nível de trabalho feminino a exploração é profunda. Bastaria falar do caso das bordadeiras da Madeira, - são mais de 20 000 as chamadas dos bordados de casa ou do campo - mão-de-obra super-explorada. Esta situação entrava o nosso trabalho.

Ainda não conseguimos superar as debilidades e a percentagem de mulheres na DORAM é apenas de cerca de 10 por cento. Por outro lado esta fraca percentagem revela uma certa subestimação do trabalho no sector. Vamos orientar decisivamente as nossas atenções neste problema conscientes de

que há que travar uma grande batalha. Para além do trabalho interno de esclarecimento, de mobilização e de recrutamento de mulheres é urgente desenvolver o trabalho nos organismos unitários de mulheres. Quanto a certas debilidades na proporção de quadros operários, ainda que tenhamos de melhorar, a situação na DORAM, não é de todo negativa: em 21 membros da Direcção da Organização Regional da Madeira, 14 são operários e empregados e os restantes pertencem a diversos sectores.
6 - Nós logo no trabalho de preparação analisámos o que iríamos fazer após o Congresso. Estão já marcados quatro grandes plênários e anunciadas diversas reuniões para os delegados darem a conhecer a toda a organização as conclusões do Congresso. Os quatro grandes plênários serão abertos não somente a todos os militantes mas ainda a toda a população para dar a conhecer as nossas propostas em relação à actual situação. Nestas propostas estão algumas feitas pela Organização Regional da Madeira e as endeadas pelo Congresso, particularmente duas propostas relativas ao trabalho nas eleições para as autarquias e para a Assembleia Regional. Propostas muito concretas aceites na Resolução, que vão constar como conclusões e que vão ser muito importantes na vida dos madeirenses. Podemos resumí-las nestes termos: orientar o nosso trabalho no sentido de quebrar a hegemonia do PPD, elegendo deputados comunistas para a Assembleia Regional, desenvolvendo um grande trabalho de unidade e entendimento com o PS e as forças democráticas da região para alcançar o primeiro objectivo. Por outro lado, dar particular atenção às eleições para as autarquias às quais deve concorrer a APU. Todos estes problemas ligados à denúncia das acções separatistas e à solução dessa situação aberrante que é a colónia. Projectamos realizar dentro em breve um grande comício no Funchal. Entretanto por todos os sectores do Partido desenvolvemos uma permanente discussão para levar à prática na Região Autónoma da Madeira as conclusões do nosso Congresso.

Manuel Rodrigues Pereira, industrial de conservas de Olhão, membro da Comissão Concelhia de Olhão.

- 1 - Realizámos várias reuniões por todo o concelho e discutimos bastante as teses. Verificámos que as teses relativamente ao sector piscatório são muito sólidas e que há necessidade de preparar um trabalho de análise do problema.
2 - A pesca é uma coisa complicadíssima, os fascistas nunca ligaram a nenhuma ao problema e esta gente também não liga. Lançamos mão a esse trabalho sobre o sector piscatório mas claro que não pudemos por falta de tempo apresentá-lo ao Congresso.
3 - O Relatório de Actividades contém já directrizes muito precisas e importantes para o trabalho, aponta com clareza debilidades muito reais que há que combater e, por outro lado, salienta os êxitos no trabalho, o que é um estímulo muito poderoso.
4 - A nossa organização tem melhorado bastante qualitativa e quantitativamente. Este é o resultado de um bom trabalho muito persistente de reorganização que vimos desenvolvendo há cerca de dois anos. Os resultados mais salientes verificam-se na freguesia de Pechão sobretudo numa terra chamada Belmandil, zona de pequenos agricultores, de operários agrícolas e de operários industriais que trabalham em Olhão e Faro. Progredimos de tal maneira que podemos hoje dizer que toda a população é nossa amiga. Até gente do campo, que iludida votou PPD, está hoje conosco. Temos também progredido bastante no sector das conservas. O proletariado da indústria do conservas compreende hoje melhor que o PCP defende os seus interesses coerentemente. Estamos também em franco progresso no sector dps Pescadores. Verificaram-se também alguns êxitos no recrutamento de pequenos e médios comerciantes e se mais não há é porque faltam na nossa organização quadros intermédios capazes de conduzir o trabalho neste sector. Quanto ao pior sector, aqueles em que quase não progredimos, é de industriais. Aí o trabalho demorará muitos anos porque mesmo os pequenos industriais não compreendem ainda que só o Partido lhes abre a perspectiva do futuro.
5 - O camarada Álvaro Cunhal pôs o dedo numa grande ferida de muitas organizações ao falar das debilidades relativamente ao trabalho de mulheres. Na nossa organização este é um grande problema. Temos alcançado grandes progressos na organização das mulheres conservadoras mas no trabalho geral das mulheres, são os próprios maridos a pôr problemas quanto à sua participação em reuniões. Há uma grande incompreensão por parte dos maridos, das famílias, dos pais e do povo em geral e perante isto a mulher diz que tem de «defender a sua reputação» que ficaria «manchada» se participasse em reuniões à noite. Procuramos fazer reuniões ao fim-de-semana de tarde mas depuramos com outro problema: o sábado é o domingo são dias para pôr em ordem as coisas da casa pois durante durante a semana a maior parte das nossas militantes trabalha fora de casa e trabalha duramente. Temos de procurar soluções para resolver as nossas debilidades neste sector mas não será fácil.

Gonçalo Fagundes Meira, operário dos estaleiros de Viana do Castelo, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa e membro da Comissão Distrital do PCP.

- 1 - Houve diversas reuniões preparatórias onde foram apresentadas propostas de alteração às teses. Agora estamos interessados em ver se foram consideradas.
2 - Foi um relatório extraordinário que apresenta em profundidade as diversas questões da vida do Partido e dá-nos uma visão profunda da vida política e da importância do PCP na vida política do país. É um documento que deve ser devidamente analisado e lido com a maior atenção não só pelos delegados como por todos os militantes e simpatizantes.
3 - Todas as intervenções me sensibilizaram. Notou-se uma amizade profunda dos partidos irmãos em relação ao nosso Partido. Mas a que mais me sensibilizou foi a mensagem do POCUS. Os partidos comunistas todos os dias e de uma forma profundamente a questão da paz que me toca muito, mas penso que a URSS vinca muito especialmente este assunto.
4 - Temos tido bastantes adesões apesar de ser uma zona dominada pelo caciquismo, muito especialmente no interior do distrito. Mas mesmo no interior, onde os Centros de Trabalho foram assaltados, temos feito grandes avanços. Em Valença, o primeiro concelho do distrito onde tivemos um Centro de Trabalho assaltado, há diariamente adesões ao Partido. É um concelho onde ainda há pouco nas eleições para as autarquias tivemos um aumento de 100 por cento.
5 - No aspecto feminino isto verifica-se em Viana, e é um caso que deve ser analisado localmente para que sejam apontadas soluções. No tocante ao aspecto organizativo crio que tem de haver um trabalho na procura de quadros, incentivando-os. Em Viana, a Organização tem dificuldades em acompanhar o alargamento do Partido, talvez pela falta de funcionários a nível local.
6 - Que todos os delegados se capacitem bem das conclusões que vão sair deste Congresso. Isto será meu Caminho andado para que se possa levar à prática as directivas apontadas. Para além disso penso que as conclusões do Congresso e as da borda de trabalho profundamente discutidas pelos organismos locais para sensibilizar todos os militantes da importância do que aqui foi decidido.

INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES

Luísa Araújo membro da DORR

As acções de massas com o aumento do custo de vida têm mobilizado um vasto sector da população, em especial as mulheres...

Em Abril de 1978 desencadearam-se formas de luta, com o desenvolvimento de acções em vários concelhos do distrito que mobilizaram mais de 20000 pessoas...

António Ceia membro da Organização Regional do Alentejo destes quatro anos de gestão democrática, referindo nomeadamente que os trabalhadores da UCP investiram 16 500 contos em máquinas e alfaias, gados, construções e equipamentos...

João Manuel Miguel e Silva da célula dos TLP da ORL... "foi eleita pela primeira vez uma Lista Unitária que o Sindicato maioritário de Empresa - Telefonistas de Lisboa - que em 1978 aderiu à CGTP-IMP. Em 1979 a organização sindical consolidou-se com a eleição da nova Lista Unitária, com a verticalização de muitos sectores profissionais, estando em marcha a criação da Federação dos Sindicatos das Comunicações; nas diversas frentes de luta os trabalhadores dos TLP demonstraram firmeza, combatividade e confiança."

Horácio Ventura Mendes Paupério da Organização dos Escritórios e Previdência do Porto... "havendo sido constituídas quatro Unidades Locais e a União dos Sindicatos de Bragança, cresceu a organização dos trabalhadores agrícolas e pescadores, nascido um amplo movimento de reformados e desenvolvido a coordenação e intervenção de todo o movimento sindical da região, sublinhando que, à falência do divisionismo, sobrepôs-se também o trabalho de integração do movimento sindical unitário."

Trabalho de Direcção e Política de Quadros... "O primeiro é a verificação de que desde o VIII Congresso, o Partido teve um grande e contínuo aumento dos seus efectivos e reforçou multissimamente a sua influência entre os trabalhadores e outras camadas da população..."

perder e dar-lhes continuidade. Nas lutas travadas, os comunistas têm assumido o papel de vanguarda. A força do movimento operário e popular reflecte a implantação e o prestígio do Partido no seio do povo e, em especial, da classe operária do distrito de Setúbal. Merece destaque a organização nas grandes e médias empresas que se traduz pela existência de células com mais de 1000 membros, 4 células com mais de 500, 15 células com mais de 100 e 17 células com mais de 50 membros. Somos a primeira força política do distrito, temos uma forte implantação orgânica, mantemos uma actividade da classe regular e contamos com quadros para a realização das massas populares. A actividade dos comunistas nas autarquias (a APU tem a presidência em 10 das 13 câmaras) contribui bastante para o aumento do prestígio.

Teófilo Marques da Silva Sector Intelectual da DORR... "A actividade do sector intelectual do PCP na Beira está intimamente ligada à acção desenvolvida na frente sindical. As eleições recentemente realizadas para o Sindicato dos Trabalhadores da Zona Centro..."

Manuel Ribeiro Pardal Comissão de Freguesia de Fazendas de Almeirim... "Sou um pequeno proprietário com hectares de vinha e mais 3 ha de eucalipto, com já tenho 57 anos e as forças me vão faltando, daí há aos poucos fui ficando..."

Carlos Carvalhas membro suplente do CC... "Como se afirma nas teses do Comité Central "a integração de Portugal no Mercado Comum inseriu-se na estratégia das forças reacçãoárias internas e do imperialismo, tendo como objectivo a falência multissetorial das empresas portuguesas..."

José Augusto Esteves membro da DORR... "pusemos. Consideramos positivo o termos conseguido uma razoável promoção de novos quadros de funcionários oriundos da própria região. É nesta direcção que trabalhamos e é nela que vamos continuar a trabalhar."

José Augusto Esteves membro da DORR... "Reforçar o Partido na região é uma das nossas principais preocupações. Não nos podemos considerar satisfeitos com o trabalho de recrutamento realizado por nós primeiros 4 meses deste ano se terem recrutado tantos militantes como durante todo o ano de 1978. É necessário aumentar o ritmo de recrutamento, e estamos convictos que este ano vamos cumprir as metas a que nos propo-

plulares na Praça principal da cidade por ser património público. Não serão, porém, doutrinas, doutrinas deste tipo, ou de outro, como por exemplo as posturas camarárias limitativas e restritivas da liberdade de informação e propaganda, como aquela que foi recentemente aprovada pela Assembleia Municipal de Leiria, com os votos do PSD e CDS, que impediu os trabalhadores das forças democráticas de denunciarem, protestarem e exigir que a Constituição seja respeitada e os interesses do povo salvaguardados."

Florbela da Luz Teixeira Organismo da Direcção da Função Pública da ORL... "A ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores no nosso distrito..."

Alberto Frederico Ouripo Madeira do movimento Cooperativo de Construção Civil no Algarve... "Foi em 1975 que se deram os primeiros passos na criação do Movimento Cooperativo de Construção Civil no Algarve, graças a alguns grupos de trabalhadores..."

Maria Idália Cerca Martins do Secretariado da célula da Plessey Automática... "Formou-se na empresa uma Comissão de Mulheres, com o apoio do partido, que não tem deixado de se desenvolver, incentivando e organizando a participação das mulheres na resolução dos seus problemas..."

Carlos Manuel Rita Machado Secretariado da Célula da Covina... "Estas células passaram de pouco mais de 700 para 750, enquanto os respectivos militantes aumentaram cerca de 100. Estes aumentos foram-se dando ao papel destacado das células de empresa na direcção das lutas operárias, em defesa dos seus interesses e das conquistas de Abril. Destaque-se a grande participação das células nas Conferências e Encontros promovidos pelo PCP para a busca de soluções para os problemas económicos do País."

Abílio Fernandes da Comissão Concelhia de Évora... "As células da empresa são um baluarte da organização do PCP. Desde o VIII Congresso, na zona da Organização Regional de Lisboa, estas células passaram de pouco mais de 700 para 750, enquanto os respectivos militantes aumentaram cerca de 100. Estes aumentos foram-se dando ao papel destacado das células de empresa na direcção das lutas operárias, em defesa dos seus interesses e das conquistas de Abril. Destaque-se a grande participação das células nas Conferências e Encontros promovidos pelo PCP para a busca de soluções para os problemas económicos do País."

Defender as Nacionalizações é um imperativo patriótico... "Em Março de 1978, a Conferência do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia, afirmava que a ofensiva contra as nacionalizações, na sua grande multiplicidade de medidas de carácter político, económico e financeiro tomadas por via legislativa, sejam as acções de objectiva sabotagem do sector, sejam as operações de carácter ideológico e propagandístico que lhes procuram dar cobertura - constitui uma vasta e global operação..."

deficiente e nem sempre o mais criterioso aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros do movimento sindical e outorgado. Quanto à pretensão central sindical nos dias "da decisão de partidos políticos e apadrinhada pelo governo" e "muitos parabéns e presentes de todo quanto é reacçãoário, José Vitoriano afirmaria que a sua democraticidade..."

João Bernardino membro da DORAM... "Ao contrário do que seria necessário, os grandes problemas da Região da Madeira não têm sido resolvidos. As Autarquias Locais na sua esmagadora maioria..."

Domingos Afonso organização de Montalegre... "por todos os meios acção de defesa e de apoio à lei ficou bem expressa na Conferência dos Baldios do Norte e do Centro em que participaram muitos comunistas e muitos representantes de conselhos directivos..."

Domingos Afonso organização de Montalegre... "As células da empresa são um baluarte da organização do PCP. Desde o VIII Congresso, na zona da Organização Regional de Lisboa, estas células passaram de pouco mais de 700 para 750, enquanto os respectivos militantes aumentaram cerca de 100. Estes aumentos foram-se dando ao papel destacado das células de empresa na direcção das lutas operárias, em defesa dos seus interesses e das conquistas de Abril. Destaque-se a grande participação das células nas Conferências e Encontros promovidos pelo PCP para a busca de soluções para os problemas económicos do País."

Abílio Fernandes da Comissão Concelhia de Évora... "As células da empresa são um baluarte da organização do PCP. Desde o VIII Congresso, na zona da Organização Regional de Lisboa, estas células passaram de pouco mais de 700 para 750, enquanto os respectivos militantes aumentaram cerca de 100. Estes aumentos foram-se dando ao papel destacado das células de empresa na direcção das lutas operárias, em defesa dos seus interesses e das conquistas de Abril. Destaque-se a grande participação das células nas Conferências e Encontros promovidos pelo PCP para a busca de soluções para os problemas económicos do País."

José Augusto Esteves membro da DORR... "Reforçar o Partido na região é uma das nossas principais preocupações. Não nos podemos considerar satisfeitos com o trabalho de recrutamento realizado por nós primeiros 4 meses deste ano se terem recrutado tantos militantes como durante todo o ano de 1978. É necessário aumentar o ritmo de recrutamento, e estamos convictos que este ano vamos cumprir as metas a que nos propo-

José Augusto Esteves membro da DORR... "Reforçar o Partido na região é uma das nossas principais preocupações. Não nos podemos considerar satisfeitos com o trabalho de recrutamento realizado por nós primeiros 4 meses deste ano se terem recrutado tantos militantes como durante todo o ano de 1978. É necessário aumentar o ritmo de recrutamento, e estamos convictos que este ano vamos cumprir as metas a que nos propo-

José Augusto Esteves membro da DORR... "Reforçar o Partido na região é uma das nossas principais preocupações. Não nos podemos considerar satisfeitos com o trabalho de recrutamento realizado por nós primeiros 4 meses deste ano se terem recrutado tantos militantes como durante todo o ano de 1978. É necessário aumentar o ritmo de recrutamento, e estamos convictos que este ano vamos cumprir as metas a que nos propo-

restituir o poder dos monopólios e dos latifundiários. Nesta ofensiva - frisou o camarada - participam todas as forças reacçãoárias e as suas organizações de classe que pela boca dos seus principais dirigentes e com o apoio de ideólogos reacçãoários estrangeiros vindos do sector empresarial do Estado para beneficiar o sector privado - como "forma de ataque às nacionalizações". Assim, enquanto a Selenave pagou em 1977/78 encargos bancários que se elevam a mais de dois milhões de contos, e a Siderurgia Nacional pagou 1,8 milhões de contos em 1978 sendo já as previsões desses encargos para 1979 de 2 milhões e 100 mil contos, não haja qualquer vontade política de proceder ao urgente saneamento financeiro do sector, o Governo Mota Pinto, à custa de degradar o nível de vida das populações, nomeadamente o vasto sector das pescas e dos transportes marítimos, com incidências graves na indústria naval, no abastecimento público e no nível de vida dos trabalhadores; o enorme agravamento da situação económica e financeira do país, com crescente submissão à imperialismo e às draconianas condições impostas pelo FMI para o cumprimento de empréstimos estrangeiros; tudo isto, confirma plenamente as previsões e prevenções do nosso Partido quanto às consequências da política de recuperação nacionalizada, Jaime Serra salientou que a "banca comercial teve, em 1978, 932 mil contos de prejuízo, enquanto o exercício e faz previsões de 8 milhões e 432 mil contos", constituindo juntamente com os Seguros Nacionalizados, importantes sectores nacionalizados e produzem elevados lucros, sendo por isso um dos ramos mais visados pelo sector privado."

Edgar Correia membro suplente do CC... "Um UJC que contava por altura do último Congresso do PCP, com cerca de 15 000 membros, tem hoje 22 900 que representa um crescimento dos seus efectivos de 52%", revelou o camarada Horácio Ventura Mendes Paupério, presidente do Congresso, acrescentando a dado passo que "a actividade regular da UJC, as suas iniciativas de carácter amplo e aberto, como a jornada nacional de luta contra o desemprego, o MNFC, a Campanha dos 1500 contos e os Acampamentos, são grandes realizações que atraem largos sectores da juventude."

Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

Dantas Ferreira membro da Comissão de Actividades Económicas junto do CC... "O distrito de Aveiro, o Movimento Sindical Unitário reforçou significativamente as suas posições, desde o VIII Congresso. Enquanto nessa altura só oito dos 22 sindicatos tinham direcções unitárias, agora, a força..."

Laurinda Dias de Matos do Organismo de Freguesia do Seixo, Montemor-o-Velho... "e inundações, denunciou o facto de o plano de obras e as indemnizações não terem sido discutidas com os agricultores..."

Laurinda Dias de Matos do Organismo de Freguesia do Seixo, Montemor-o-Velho... "e inundações, denunciou o facto de o plano de obras e as indemnizações não terem sido discutidas com os agricultores..."

Laurinda Dias de Matos do Organismo de Freguesia do Seixo, Montemor-o-Velho... "e inundações, denunciou o facto de o plano de obras e as indemnizações não terem sido discutidas com os agricultores..."

Laurinda Dias de Matos do Organismo de Freguesia do Seixo, Montemor-o-Velho... "e inundações, denunciou o facto de o plano de obras e as indemnizações não terem sido discutidas com os agricultores..."

José Jorge Ferreira Comissão Concelhia de Alcochete... "funcionam 41 cooperativas (21 federadas na FEVACOOP), com cerca de 25 mil membros e um movimento anual no valor de 350 mil contos..."

Clarice Locadão Matias Colectivo da venda militante do "Avante!" de Alpiçarra... "Somos 36 camaras, todas mulheres, que, semanalmente, vendemos as nossas portas um total de cerca de 700 exemplares do "Avante!". As mais velhas têm 55 anos e mais de 25 anos de actividade no Partido. O trabalho quase com a saída do primeiro número legal do "Avante!", ou seja, em Maio de 1974..."

Horácio Rufino Membro do CC Membro do CC da UJC... "Os trabalhadores estudantes, em condições muito difíceis, continuam a fazer a resolução dos seus problemas (exames, faltas, instalações, transportes), defendendo o ensino democrático e a luta activa, ao mesmo tempo que dão resposta firme à ofensiva reacçãoária, organizada e unida no movimento associativo, cuja corrente unitária, influenciada mais de 90 por cento das Associações de Trabalhadores Estudantes..."

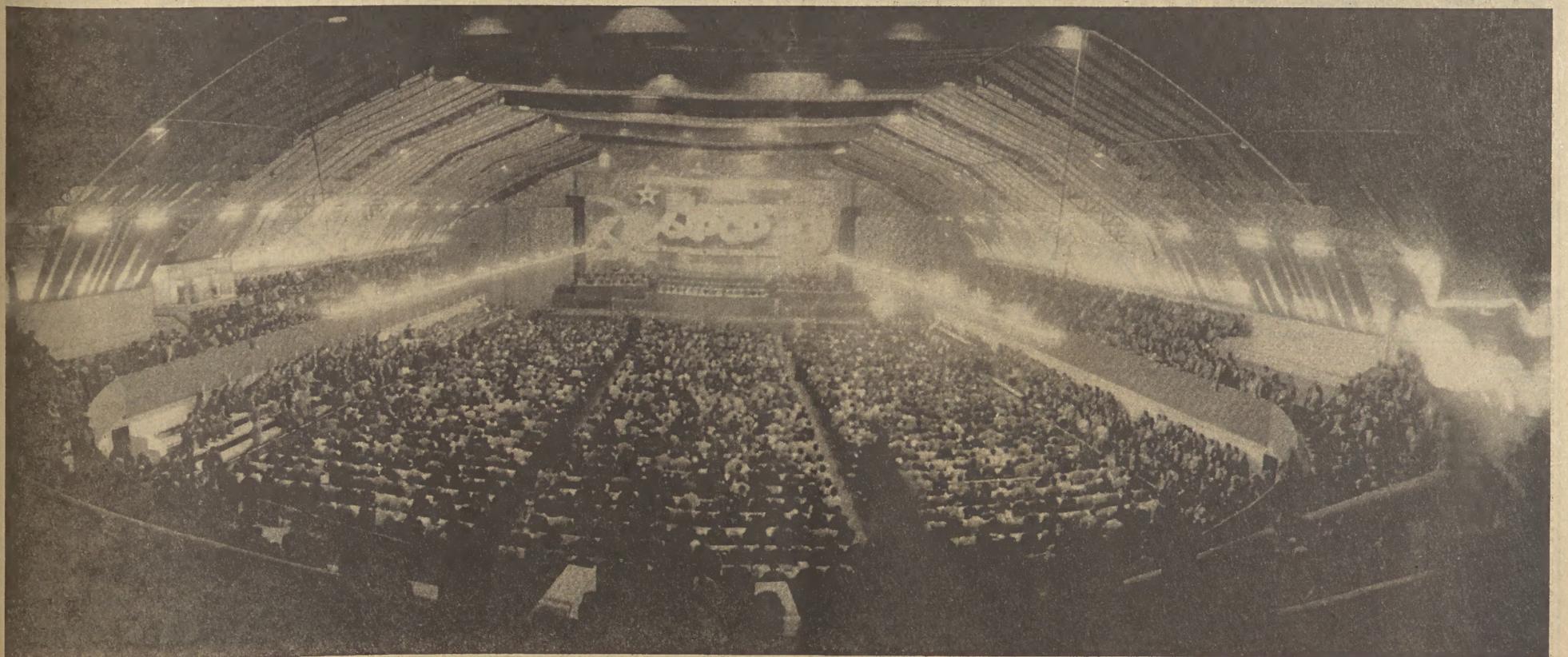
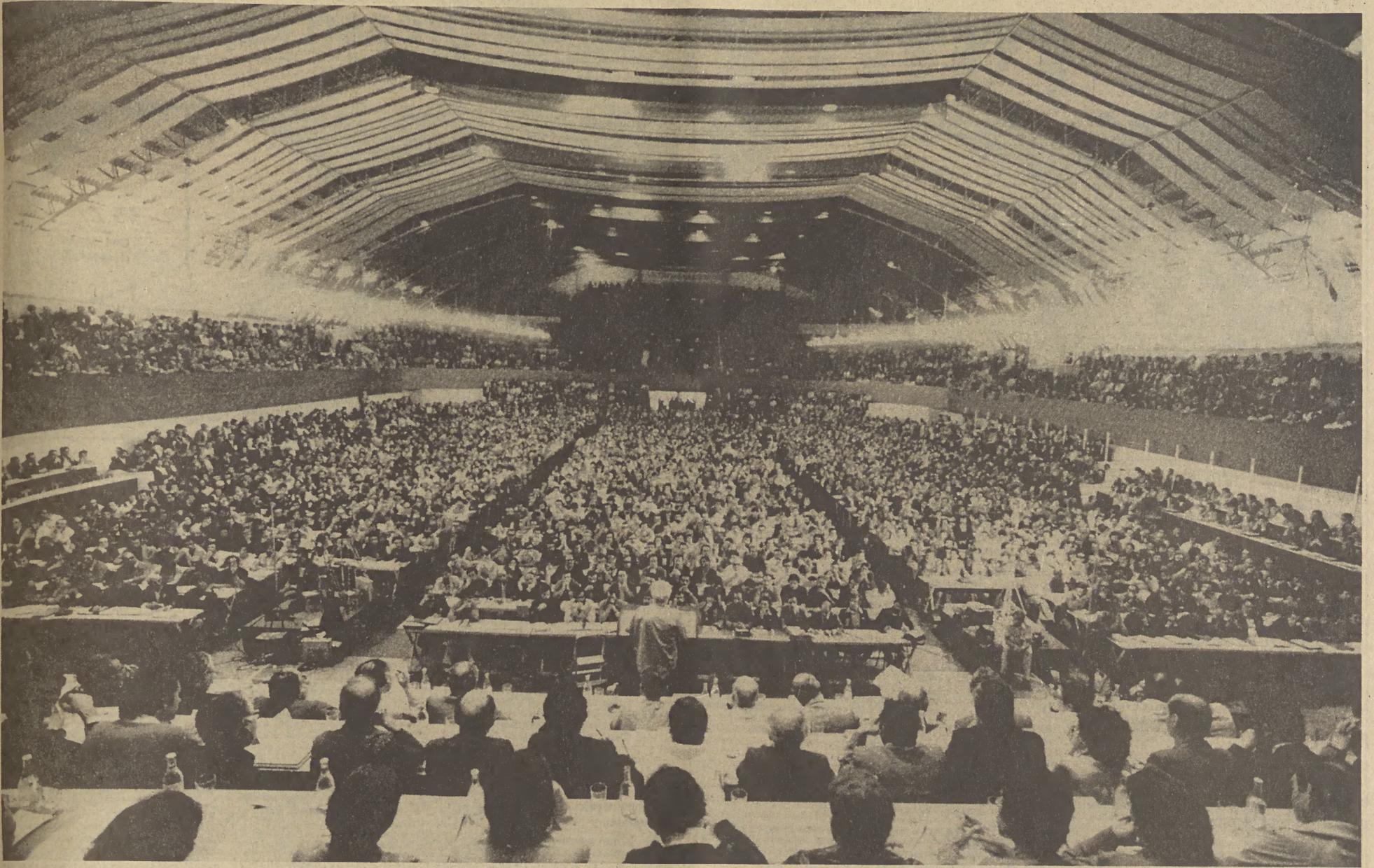
Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

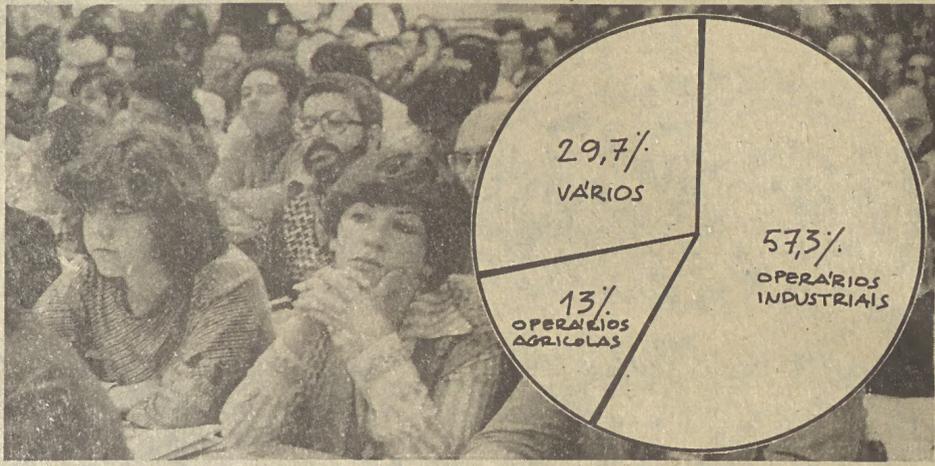
Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

Joaquim Almeida Silva organização sindical de Aveiro... "Determinante pertence aos sindicatos unitários. Inicialmente da União dos Sindicatos de Aveiro contam com o apoio habitual de 13 sindicatos, que representam 71% dos trabalhadores sindicalizados do distrito, assim como com a adesão esporádica de outros quadros..."

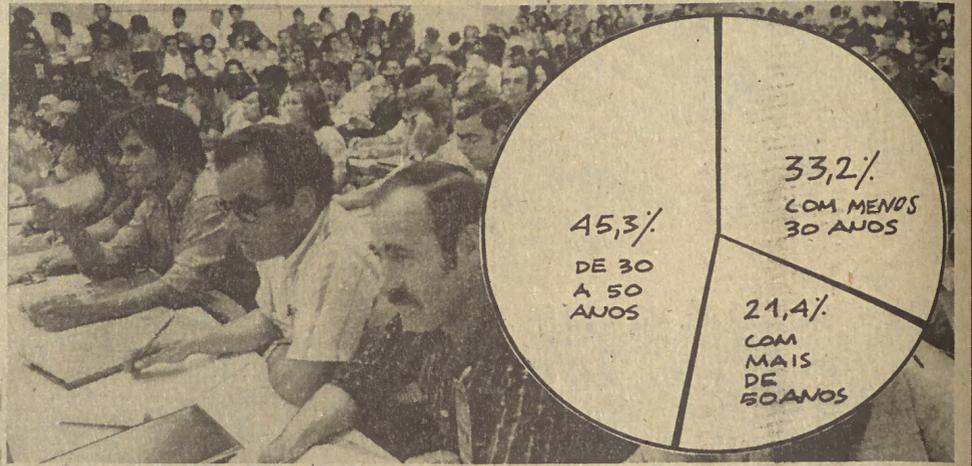


Alguns números do Congresso

A composição social do Partido As mulheres representam actualmente 20,5% dos militantes.



A composição etária do Partido



A organização do Partido

VIII Congresso (1976)	115 000 membros
1978	142 512 membros
IX Congresso (1979)	164 713 membros*
Aumento do VIII para o IX Congresso	+ 50 mil membros (43%)

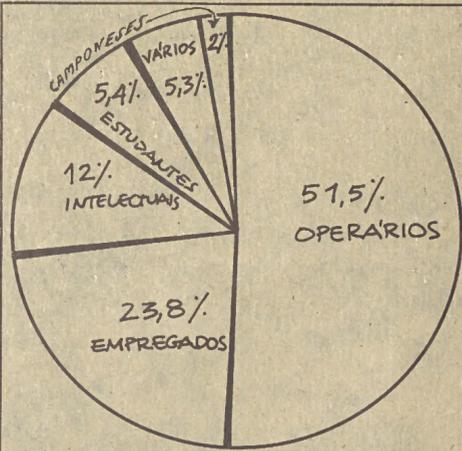
* Estes números não entram em consideração com os 30 mil militantes da UJC e UEC.

Estruturação do Partido

Diferença do VIII para o IX Congresso

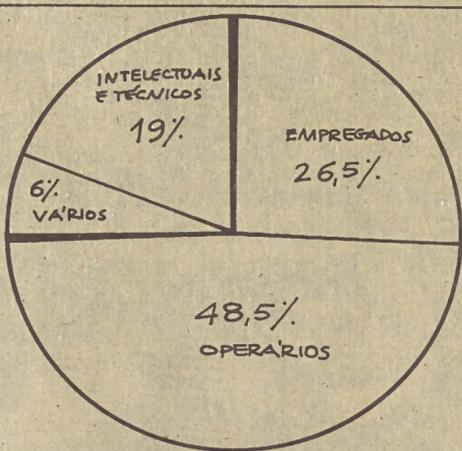
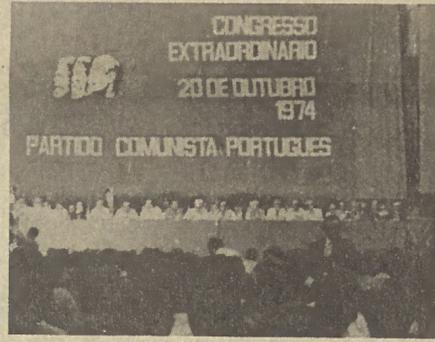
Direcção Organização Regional	mais 5
Comissões Concelhias	mais 32
Comissões Freguesia	mais 182
Comissões Locais	mais 306
Secretariados Células	mais 433

O número de organismos passou de pouco mais de 7000 para 9014. Desde o VIII Congresso realizaram-se mais de 563 Assembleias em que participaram mais de 80 000 militantes.



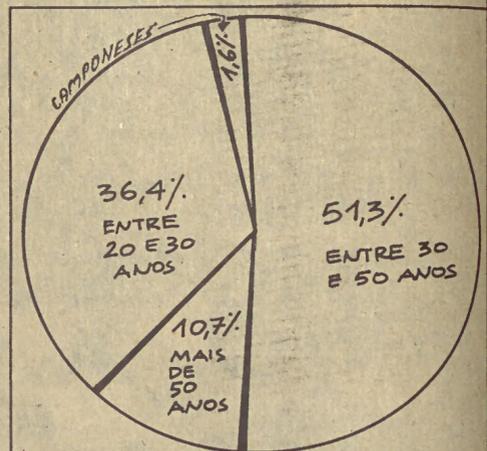
Composição dos delegados ao VII Congresso (extraordinário)

Para além de já então a maioria dos delegados ser constituída por operários, importa salientar que as delegadas eram 12,5% dos 1003 delegados. Em 1974, 45,6% dos congressistas tinha menos de 30 anos.



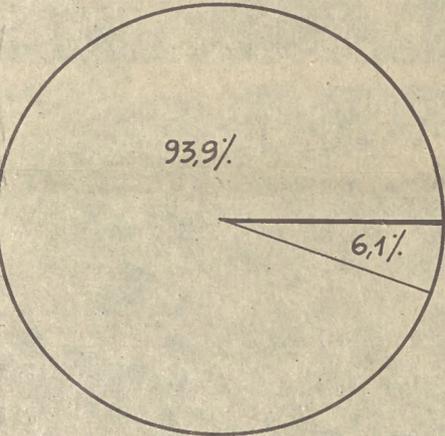
Composição social e etária do VIII Congresso

Em 1976 as camaradas mulheres representavam 10% dos delegados, cujo número era de 1282. Destes, 41% tinham menos de 30 anos e 26 tinham menos de 20 anos.



Composição etária dos delegados ao IX Congresso

A maioria dos delegados — 890 — tem idades compreendidas entre os trinta e cinquenta anos. Congressistas entre os vinte e trinta anos são 636 e com menos de vinte anos 28. Os restantes 187 delegados têm mais de 50 anos.

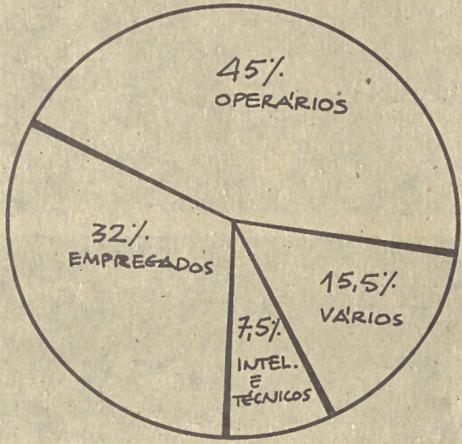


Delegados ao Congresso

Dos 1747 delegados ao IX Congresso, 1642 foram directamente eleitos (em 2997 reuniões e assembleias). Dos restantes, 85 são delegados natos — membros do CC — e 20 são-no por inerência de funções.

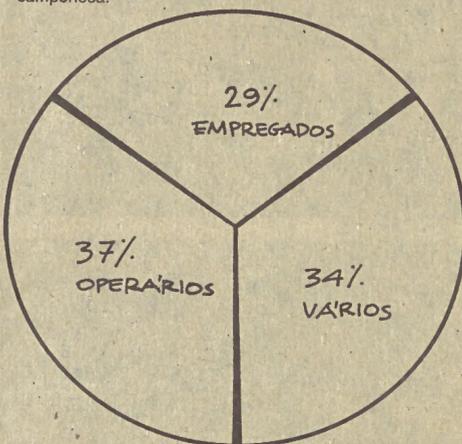


Composição social dos actuais funcionários do Partido



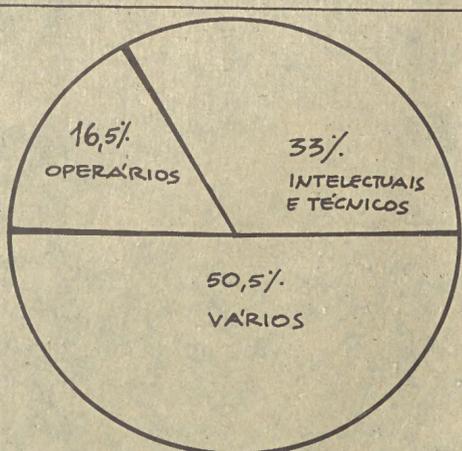
Os funcionários da DORL em 1979

A percentagem de funcionários oriundos da classe operária aumenta para mais do dobro em relação a 1976. De registar ainda o aumento de funcionários de origem camponesa.



Os funcionários da DORL em 1976

A maioria dos funcionários era então constituída por empregados. As mulheres representavam 28% dos funcionários.



Os militantes da DORL

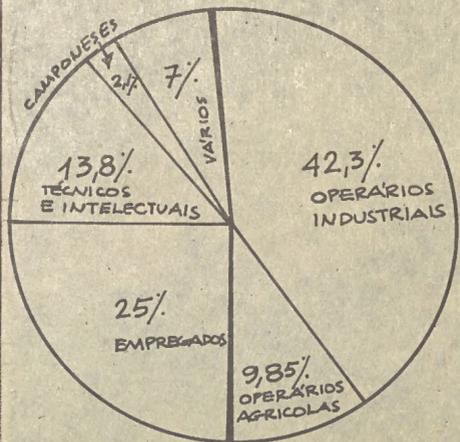
A DORL conta, segundo os últimos dados conhecidos, com 45 000 militantes, sendo a maioria operários. As mulheres representam 23% da organização e os camponeses 6%.



FUNDOS

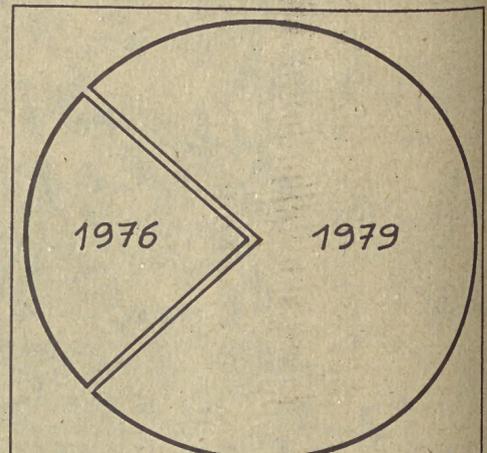
	RECEITAS DO PARTIDO	QUOTAS	DEPUTADOS
1976	103 mil contos	23 787 contos	
1977	181 mil contos (a)	31 158 contos	7 884 contos
1978	135 mil contos (b)	41 018 contos	8 982 contos

(a) Campanha dos «50 mil contos» incluída, que atingiu 69 545 contos
(b) Números provisórios.



Composição social dos delegados

Os delegados operários industriais e agrícolas constituem a maioria absoluta 51,3% (898), seguindo-se os empregados (451), os técnicos e intelectuais (241), profissões diversas (119) e por último os camponeses (38). O número de mulheres delegadas é de 268, ou seja, 15,3%.



Alargamento do Partido na DORN

Do VIII ao IX Congresso a DORN aumentou os seus militantes em mais 72%, sendo 57% operários. Do total de militantes 54% têm menos de 30 anos. A percentagem de mulheres militantes na DORN passou de 14% para 17%.